



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Palmas - TO
Março/2014



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

Palmas - TO
Março/2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.....	11
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	11
1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade	12
1.3 Organograma funcional	13
1.4 Macroprocessos finalístico	23
1.4.1 Identificação dos macroprocessos finalísticos.....	23
1.5 Macroprocessos de apoio.....	24
1.6 Principais parceiros	24
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	25
2.1 Planejamento da unidade	25
2.1.1 Metas desta Superintendência Regional para o exercício de 2013.....	25
2.2 Informação sobre outros resultados da Gestão.	35
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	44
3.1 Estrutura de governança	44
3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos	44
3.3 Sistema de Correição	46
3.3.1 Da estrutura	46
3.3.2 Das atividades.....	46
3.3.3 Do Nucleo de Disciplina – NUDIS	47
3.3.3.1 Atividades e Base Normativa	47
3.4 Cumprimento, pela instância de Correição, da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	48
3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	49
3.5.1 Procedimentos Disciplinares Instaurados no ano de 2013	49
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	50
4.1 Execução das despesas	50
4.1.1 Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa.....	50
4.1.2 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação.....	51
4.1.3 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação.....	52
4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	53
4.3 Suprimento de fundos.....	53
4.3.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	53
4.3.2 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	54
4.3.3 Prestações de contas de Suprimento de Fundos	54
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	55
5.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	55
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	55
5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada.....	55
5.1.2 Qualificação da força de trabalho	56
5.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções	56
5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	57
5.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	58
5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	59

5.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	59
5.1.5 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	59
5.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários	60
5.2.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada	60
5.2.2 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	61
5.2.3 Composição do quadro de estagiários	62
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	63
6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros.....	63
6.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos da SR/DPF/TO.....	63
6.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.....	63
6.1.3 Idade média da frota, por grupo de veículos.....	64
6.1.4 Custos associados à manutenção da frota.....	64
6.1.5 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.....	64
6.1.6 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.....	65
6.2 Gestão do patrimônio imobiliário.....	65
6.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial.....	65
6.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional.....	66
6.2.2.1 Análise crítica.....	66
6.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	67
6.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros	67
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	68
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	68
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	69
8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	69
8.1.1 Análise Crítica.....	70
8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.....	71
8.3 Consumo de papel, energia elétrica e água.....	71
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	72
9.1 Declaração de Bens e Rendimentos estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	72
9.1.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	72
9.2 Medidas adotadas em caso de dano ao erário.....	73
9.3 Alimentação Siasg e Siconv	74
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	75
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	76
11.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.....	76
11.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	78
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	79
12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ.....	79
13 ANEXOS.....	84

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

art. – artigo

CGU – Controladoria-Geral da União

CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DBR – Declaração de Bens e Rendas

Dec. – Decreto

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

LOA – Lei Orçamentária Anual

nº - número

OCI – Órgão de Controle Interno

OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PC – Prestação de Contas

PF – Polícia Federal

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

RFB – Receita Federal do Brasil

RG – Relatório de Gestão

Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Siasg – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

Sisac – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Siconv – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

Siorg – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SR/DPF/TO – Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS, TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES

Quadro 1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro 2.2.3.1 – Dados operacionais do DPF e efetivos policiais e administrativos	39
Quadro 2.2.3.2 – Dados geográficos e efetivos policiais e administrativos.....	40
Quadro 2.2.3.3 – Dados das atividades administrativas e efetivos policiais e administrativos.....	41
Quadro 2.2.3.4 – Produtividades normativas	42
Quadro 2.2.3.5 – Pesos atribuídos às variáveis no cálculo do IPO.....	43
Quadro 3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	44
Quadro 3.5.1 – Procedimentos disciplinares instaurados no ano de 2013.....	49
Quadro 4.1.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa	50
Quadro 4.1.2 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação	51
Quadro 4.1.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação	52
Quadro 4.2 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores	53
Quadro 4.3.1 – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)	53
Quadro 4.3.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador	54
Quadro 4.3.3 – Prestações de contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	54
Quadro 5.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	55
Quadro 5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	56
Quadro 5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12	57
Quadro 5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	58
Quadro 5.1.4.1 – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31 de dezembro	59
Quadro 5.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	60
Quadro 5.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	61
Quadro 5.2.3 – Composição do quadro de estagiários	62
Quadro 6.2.1 – Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União ...	65
Quadro 6.2.2 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional	66
Quadro 6.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	67
Quadro 8.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis	69
Quadro 8.3 – Consumo de papel, energia elétrica e água	71
Quadro 9.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	72

<u>Quadro 9.2 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013</u>	<u>73</u>
<u>Quadro 13.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv</u>	<u>84</u>
<u>Quadro 13.2 – Declaração do Contador atestando as demonstrações contábeis</u>	<u>84</u>

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão encontra-se estruturado conforme disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e demais orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens relacionados na parte A (conteúdo geral, com doze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013.

Ademais, cumpre destacar que o item 7 (sete) do Anexo II da DN TCU nº 127/2013 será consolidado no Relatório de Gestão do órgão central do DPF, uma vez que a CGTI, na condição de órgão central da área de Tecnologia da Informação – TI do DPF, responsável pela condução das políticas corporativas para a área de TI, efetuará o referido item no Relatório de Gestão do órgão central do DPF.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As principais realizações da gestão, no exercício de 2013, consistiram em:

- 1) **Realização de 05 (cinco) operações policiais**, resultando no cumprimento de aproximadamente 79 (setenta e nove) mandados de busca e apreensão, 47 (quarenta e sete) prisões e conduções coercitivas, além de 28 (vinte e oito) prisões em flagrante. Além disso, foram instaurados 657 (seiscentos e cinquenta e sete) Inquéritos Policiais, dos quais 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) foram concluídos (relatados), sendo indiciadas 367 (trezentos e sessenta e sete) pessoas;
- 2) **Criação do Cartório Itinerante** para realização de diligências no interior do Estado;
- 3) **Criação do Grupo de Pronta Intervenção – GPI**, grupo tático local para atividades de risco diferenciado;
- 4) **Criação de Equipes de Investigações** constituídas por 1 Delegado, 1 Escrivão e 1 Agente, nas seguintes Delegacias: DELEFAZ, DELEMAPH, DRE e DELINST;

- 5) Transferência do posto de atendimento da Delegacia de Imigração (**expedição de passaportes**) do aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues para a sede da Superintendência. Essa singela modificação acarretar significativos benefícios à população, entre os quais: a) diminuição do tempo de atendimento de 20 para 15 minutos; b) aumento da capacidade operacional do setor; c) redução do tempo de espera de agendamento de 40 (quarenta) para 3 (três) dias;
- 6) **Criação do Núcleo de Operações – NO/DREX**, constituído por policiais de setores diversos, com principal função de atuar na captura de procurados, no cumprimento de mandados de prisão, mandados de busca e apreensão, sindicância de estrangeiros, escolta de presos, condução coercitiva de testemunhas, auxílio nas atividades do cartório itinerante, além de outras diligências de polícia judiciária em campo. Necessário registrar que o NO/DREX executa suas atividades em sala guarnecida por computadores, impressora, lap top e modem 3G;
- 7) **Realização do Curso de Brigadista** para, 09 (nove) servidores da SR/DPF/TO;
- 8) **Realização de Palestras** sobre o uso racional da energia elétrica e da água aos servidores da SR/DPF/TO;
- 9) **Implantação de senha pessoal** de acesso a linhas telefônicas para ligação externa, resultando no melhor controle de utilização e gastos com telefonia;
- 10) **Aquisição de microcomputadores**, impressoras e ultrabook's para os servidores da SR/DPF/TO;
- 11) **Realização de 2 (dois) Seminários** para os fiscais de contratos desta Superintendência;
- 12) **Contratação de serviços** continuados de recepção, trabalhador braçal, office-boy e artífice de manutenção predial;

13) **Capacitação do servidor** responsável pela Conformidade Documental;

14) **Aquisição de software** para confecção de retratos falados no GID;

PRINCIPAIS DIFICULDADES

As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram em:

- 1) **Diminuição do efetivo policial** em razão da transferência sucessiva de servidores policiais e administrativos da SR/TO para outras unidades do DPF. Vale esclarecer que, muito embora exista um consenso coletivo de que a situação de carência de recursos humanos seja generalizada na Polícia Federal, o fato é que a situação dos estados do norte é muito mais grave que os demais. Para exemplificar, basta notar que esta SR/TO, em dezembro de 2010, contava com 141 policiais (somados todos os DPFs, PCFs, EPFs, APFs e PPFs do Estado do Tocantins) e, em dezembro de 2013, contava apenas com 107. O próprio Departamento de Polícia Federal possuía na sua totalidade 11.186 policiais em dezembro de 2010 e 10.876 em dezembro de 2013 (dados extraídos do Setor de Recursos Humanos – SRH). Isso significa que para repor o efetivo perdido nos últimos 3 anos, a SR/TO teria que receber um reforço de 31,77% (trinta e um virgula setenta e sete por cento), ao passo que o Departamento de Polícia Federal precisaria de um aumento de apenas 2,85% (dois virgula oitenta e cinco por cento) no seu efetivo;
- 2) **Aumento do número de número de inquéritos policiais** na SR/DPF/TO;
- 3) **Aumento da população do Estado do Tocantins** em 6,84%, fato que reflete diretamente na demanda dos cidadãos em relação aos serviços de polícia administrativa (emissão de passaporte, fiscalização bancária, controle de registro de armas no SINARM, emissão de carteira para vigilantes, fiscalização de empresas).

1- IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

QUADRO 1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins			
Denominação Abreviada: Polícia Federal em Tocantins			
Código SIORG: 010089	CÓDIGO LOA: NÃO SE APLICA		Código SIAFI: 200404
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0006-40
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(063) 3236-5400	(063) 3236-5404	(063) 3236-5400
Endereço Eletrônico: sr.to@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Teotônio Segurado, Quadra 302 Norte, QI-01, Lote-02, CEP 77006-332, Palmas-TO			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
- Lei 8.715, de 06/10/93			
- DOU. 192, de 07/10/93			
Criada como Superintendência Regional em conformidade com o art. 1º da Lei 8.715/93, DOU. 192/93, em função da criação do Estado de Tocantins.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
- Port. 005, de 12/01/95			
- DOU. 021, de 30/01/95			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200404	Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200404		0001	

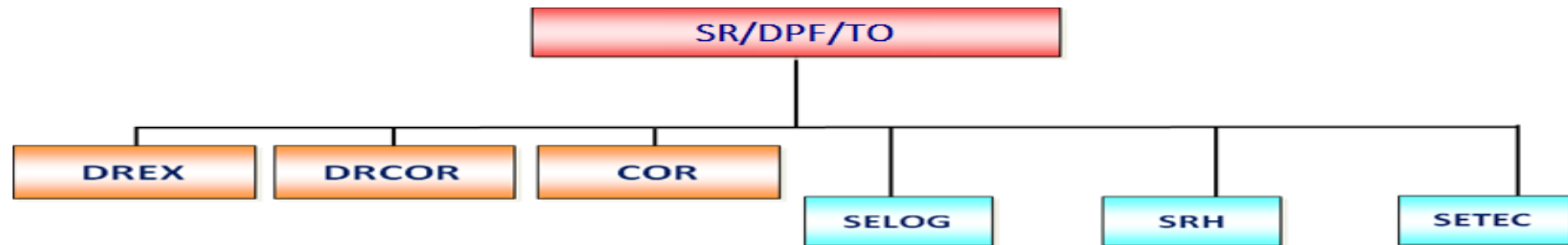
1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

O Departamento de Polícia Federal – DPF, órgão permanente, específico, singular, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade exercer, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal e no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Oportuno obviar que as competências institucionais da Polícia Federal estão definidas no Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, além dos citados § 1º do art. 144 da Constituição Federal e § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Dessa forma, como parte integrante do Departamento de Polícia Federal, compete à Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins contribuir para cumprimento das atribuições do Órgão, no âmbito de sua circunscrição definida pela Portaria 2099/2011-DG/DPF, de 15 de fevereiro de 2011.

1.3 Organograma funcional



A Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins tem em sua estrutura principal a figura do Superintendente Regional que atua com ordenador de despesas da Superintendência e seis setores principais subordinados ao Superintendente Regional, que são: DREX – Delegacia Regional Executiva, DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, COR - Corregedoria Regional, SELOG – Setor de Administração e Logística Policial, SRH – Setor de Recursos Humanos e SETEC – Setor Técnico Científico.

Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS¹	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, na esfera nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.

¹ Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

Delegacia Regional Executiva – DREX

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.

Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse

	macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado – DRCOR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.

Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.
------------------------	--

Corregedoria Regional da Polícia Federal – COR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

Serviço de Administração e Logística Policial – SELOG

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

Setor de Recursos Humanos – SRH

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

Setor Técnico Científico - SETEC

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

Núcleo de Inteligência Policial – NIP

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.

Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

1.4 Macroprocessos finalístico

1.4.1 Identificação dos macroprocessos finalísticos

O Departamento de Polícia Federal, como Órgão singular, segue as diretrizes emanadas pela Direção-Geral, que traça as bases para a consecução dos objetivos macros da Entidade, considerando, para isso, cada uma das unidades descentralizadas em suas idiossincrasias (características geográficas, estrutura, tipos de ilícitos enfrentados, logística necessária, dentre outras).

Assim, cada unidade descentralizada busca, nos macroprocessos traçados no âmbito da Direção-Geral, o direcionamento das ações que realiza, de forma que os somatórios dos processos desencadeados se alinhem, no contexto geral, com o pretendido pelo Órgão.

Os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal, aos quais esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho Nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013 e consistem nos seguintes:

ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	
SERVIÇO/PRODUTO	PROCESSO FINALÍSTICO
Investigação Criminal	<ul style="list-style-type: none">• Inquérito Policial;• Atendimento de requisições judiciais;• Atendimento de requisições ministeriais;• Cumprimento de mandados judiciais.

ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	
SERVIÇO/PRODUTO	PROCESSO FINALÍSTICO
Controle Migratório	<ul style="list-style-type: none">• Emissão de Passaporte Comum e de Emergência;• Registro e Expedição de Cédula de identidade de Estrangeiro (CIE);• Instrução de Processos de Naturalização, Deportação, Extradicação, Expulsão, Repatriação, Permanência no País e Adoção Internacional.
Controle de Armas	<ul style="list-style-type: none">• Concessão de Porte de Arma;• Autorização para Compra de Arma de Fogo;• Registro, Renovação de Registro e Transferência de Arma de Fogo;• Guia de Trânsito de Arma de Fogo para Pessoas Físicas.
Controle e Fiscalização de Empresa de Segurança Privada e Escolas de Formação de Vigilantes	<ul style="list-style-type: none">• Autorização de Funcionamento de Empresa de Segurança Privada e Escolas de Formação de Vigilantes;• Plano de Segurança Bancária;• Renovação de Certificado de Segurança;• Emissão de Carteira Nacional de Vigilante.
Certidão de Antecedentes Criminais	<ul style="list-style-type: none">• Emissão de Certidão de Antecedentes Criminais.
Segurança de Dignitários	<ul style="list-style-type: none">• Realização de Segurança de Dignitários.

1.5 Macroprocessos de apoio

A contratação de pessoal para as atividades-fim e parte do pessoal das atividades meio não é feita pela organização, e sim através de concurso público, realizado pelo órgão central. Parte do pessoal das atividades meio é contratada diretamente pela organização, e outra parte é indicada por empresas licitadas para tal, especialmente no que tange a vigilância e limpeza.

A aquisição de material é feita através de licitações. Excepcionalmente, em caso de urgência, podem ser feitas compras ou contratação de serviços diretamente.

Os transportes são feitos com veículos próprios, adquiridos pelo órgão central, e administrados por um setor específico para tal, no âmbito da organização. Eventualmente são adquiridas passagens aéreas, através de agência vencedora de licitação para tal.

O controle interno das atividades dos servidores é feito pelas diversas Chefias, e quando ocorrem desvios é feito pela Corregedoria.

Para as questões administrativas e financeiras, o controle interno é feito por fiscais de contratos selecionados dentre os servidores, ou por servidores designados pelo “ordenador de despesas”, que posteriormente são submetidos ao controle externo.

1.6 Principais parceiros

A SR/DPF/TO realiza parcerias com os mais diversos Entes da Administração Pública, geralmente interessados no êxito de investigações criminais ou na repressão a crimes que as atingem, podendo-se citar como principais parceiros: Receita Federal, INSS, Caixa Econômica Federal, INCRA, IBAMA, Banco Central, Forças Armadas, FUNAI, INFRAERO, TCU, CGU, AGU, MTE, JUSTIÇA E MINISTÉRIO PÚBLICO, ANAC, DNPM, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Polícias Estaduais (Militar e Civil) e Guardas Municipais, entre outros.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

No que diz respeito aos Quadros dos itens relacionados ao Capítulo 2 da parte A (conteúdo geral, com doze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, o item 2.2 da referida Decisão Normativa fará parte do relatório de Gestão da unidade central do DPF.

Já o Quadro A.2.2.1 fará parte do Relatório de Gestão do Ministério da Justiça.

Os Quadros A.2.2.2, A.2.2.3.1, A.2.2.3.2 e A.2.2.3.3 farão parte do Relatório de Gestão da unidade central do DPF.

Por derradeiro, o Quadro A.2.2.3.4 não se aplica a realidade do Departamento de Polícia Federal.

2.1 Planejamento da unidade

A Portaria de nº 1735/2010 define o Plano Estratégico do DPF a longo prazo, o qual leva em conta todos os fatores internos e externos da organização.

O Planejamento estratégico do DPF está vinculado ao plano da unidade que por sua vez estão relacionados as competências constitucionais e normativas do órgão.

Cada Superintendência Regional do DPF é responsável pela execução das ações do Departamento de Polícia Federal em nível estadual, de maneira alinhada com Plano Estratégico do DPF.

Nesse contexto, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins estabeleceu as metas anuais para o exercício de 2013, conforme estabelece a Instrução Normativa do DPF de nº 21/2010 e o Artigo 35 do Regimento Interno do DPF, definindo de maneira setorial o que iria/deveria executar no exercício.

Friza-se que as aludidas metas são obrigatoriamente relacionadas às atribuições da Polícia Federal (metas policiais) e a melhoria das condições da atividade meio (metas administrativas).

2.1.1 Metas desta Superintendência Regional para o exercício de 2013

Meta 1

Objetivo/Finalidade: Adquirir mobiliário e equipamentos (cadeiras, armários e gaveteiros, bebedouro, fragmentadora de papel e micro computadores, telefones, aparelhos de fax e umidificadores de ambiente) para a SR/DPF/TO e DPF/AGA/TO.

Executores: SELOG

Atividades desenvolvidas: Gestão junto a COF visando à obtenção de orçamento para aquisição dos mobiliários e equipamentos.

Meta 2

Objetivo/Finalidade: Capacitar servidores em sua área de atuação para melhor exercerem suas funções junto ao SELOG/NEOF/NAD/NUTRAN/PROTOCOLO e CPL.

Executores: SELOG

Atividades desenvolvidas: Gestão junto a T&D visando à autorização e obtenção de recursos orçamentários para capacitação dos servidores do SELOG.

Meta 3

Objetivo/Finalidade: Aumentar o número de servidores no SELOG, NAD, NUTRAN e PROTOCOLO.

Executores: SELOG

Atividades desenvolvidas: Gestão junto a DGP, afim de que seja realizado recrutamento de servidores para serem removidos para a SR/DPF/TO ou realização de concurso público para categoria administrativa no DPF.

Meta 4

Objetivo/Finalidade: Contratar serviço de transformação veicular para adaptação da camioneta L200 da DELEFAZ. Necessidade de adaptação do veículo para atividade de investigação velada.

Executores: DELEFAZ/SELOG

Atividades desenvolvidas: Confeccionar projeto básico e termo de referência e cotar preços para verificar a possibilidade de contratação do serviço por dispensa de licitação.

Meta 5

Objetivo/Finalidade: Atuar coordenadamente com a CGU, TCU, MPF e outros órgãos visando combater os crimes financeiros, corrupção e de desvio de verbas públicas federais.

Executores: DELEFAZ/DRCOR

Atividades desenvolvidas: Manter contato permanente com essas instituições, inclusive, pelas reuniões do FOCCO/TO.

Meta 6

Objetivo/Finalidade: Atuação no âmbito da força-tarefa com a participação do INSS e do Ministério Público Federal, com o fim de apurar fraudes e ilícitos penais cometidos contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com o cruzamento das informações entre as instituições parceiras será possível identificar possíveis organizações criminosas envolvidas com crimes previdenciários, dentre outros correlatos. Realizar prisões e no mínimo uma operação policial visando combater quadrilhas especializadas em crimes previdenciários.

Executores: DELEPREV

Atividades desenvolvidas: Realizar investigações e elaborar diretrizes para execução do plano em parceria com os organismos mencionados, mantendo constantes contatos institucionais.

Meta 7

Objetivo/Finalidade: Otimizar os resultados das investigações policiais, buscando celeridade na instrução dos inquéritos policiais e qualidade na produção das provas.

Executores: COR

Atividades desenvolvidas: Levantar os inquéritos policiais instaurados há mais de três anos. Dispendir recursos humanos e materiais, prioritariamente, para a conclusão das respectivas investigações.

Meta 8

Objetivo/Finalidade: Evitar instauração de inquérito sem justa causa e/ou sobre fatos cuja apuração não seja de atribuição do DPF.

Executores: COR

Atividades desenvolvidas: Analisar os expedientes recebidos e registrar como notícia crime, se for o caso.

Meta 9

Objetivo/Finalidade: Melhoria da qualidade dos trabalhos de polícia judiciária

Executores: NUCOR

Atividades desenvolvidas: Exame dos autos de inquéritos policiais e termos circunstanciados, apontando eventuais falhas no cumprimento de normas legais e regulamentares.

Meta 10

Objetivo/Finalidade: Incremento da produtividade das autoridades policiais

Executores: NUCOR

Atividades desenvolvidas: Levantamentos estatísticos nos sistemas disponíveis e cobrança dos resultados esperados.

Meta 11

Objetivo/Finalidade: Cumprir solicitações/requisições de diligências

Executores: NUCOR

Atividades desenvolvidas: Instruir Cartas Precatórias e Registros Especiais.

Meta 12

Objetivo/Finalidade: Oferecer subsídio para tomada de decisão com relação a notícias crime

Executores: NUCOR

Atividades desenvolvidas: Elaboração de pareceres

Meta 13

Objetivo/Finalidade: Fazer cumprir Leis e Regulamentos

Executores: NUDIS

Atividades desenvolvidas: Auxílio a instauração de PAD's, Sindicâncias e Processos Especiais, emissão de pareceres e alimentação dos sistemas pertinentes.

Meta 14

Objetivo/Finalidade: Controlar e executar as atividades de segurança orgânica das instalações da Superintendência Regional.

Executores: DREX/NAD/SELOG

Atividades desenvolvidas: Distribuição de crachás a todos os servidores, policiais e administrativos, além dos contratados; realização de palestras de instrução sobre segurança orgânica; aquisição de sistema mais eficiente de circuito de captação digital.

Meta 15

Objetivo/Finalidade: Propor e acompanhar os projetos e planejamento dos setores subordinados.

Executores: DREX

Atividades desenvolvidas: Cada setor deve propor as medidas necessárias ao bom andamento dos serviços, em conjunto com a DREX.

Meta 16

Objetivo/Finalidade: Prover de recursos humanos, materiais e financeiros os setores subordinados, em articulação com o Superintendente Regional.

Executores: SR/DREX/SRH/SELOG

Atividades desenvolvidas: Distribuir novas viaturas (1 para DELESP e 2 para o NO/DREX); lotar 1 servidor administrativo na DELESP e 1 no NO/DREX; obtenção de suprimentos de fundos.

Meta 17

Objetivo/Finalidade: Coordenar e controlar o serviço de plantão.

Executores: DREX

Atividades desenvolvidas: Realização de reuniões mensais, para discutir erros e acertos realizados na atividade cotidiana; realizar reuniões com todo o efetivo, para terem conhecimento das instruções relacionadas ao plantão, em caso de substituição de plantonista.

Meta 18

Objetivo/Finalidade: Coordenar e controlar operações na área de segurança privada, em postos de combustível, supermercados, casas de shows e outros estabelecimentos onde há notícia de contratação clandestina desse tipo de serviço.

Executores: DREX e NO/DREX

Atividades desenvolvidas: Realizar operações ostensivas trimestralmente, em Palmas e em Araguaína, com utilização de efetivo de outros setores.

Meta 19

Objetivo/Finalidade: Coordenar e controlar ações no intuito de aumentar a quantidade de cumprimento de mandados de prisão oriundos da Justiça Federal.

Executores: DREX e NO/DREX

Atividades desenvolvidas: Disponibilização de viaturas; criação de banco de dados para controle dos mandados de prisão; realização de mutirões para cumprimento de mandados de prisão.

Meta 20

Objetivo/Finalidade: Coordenar e controlar operações de fiscalização na área de produtos químicos.

Executores: DREX/DELEAQ

Atividades desenvolvidas: Realizar, no mínimo, 2 operações, em Palmas, Gurupi e Araguaína, em empresas que usam produtos químicos.

Meta 21

Objetivo/Finalidade: Coordenar ações voltadas à regularização de armas identificadas no SINARM, mas que estão com os registros vencidos.

Executores: DREX/DELEAQ

Atividades desenvolvidas: Contato com os proprietários, para devolução ou para regularização das armas; comunicação à Polícia Civil, no caso de não atendimento por parte do possuidor da arma.

Meta 22

Objetivo/Finalidade: Coordenar e planejar ação voltada à divulgação dos trabalhos, ações e operações realizadas pela Polícia Federal no Estado do Tocantins.

Executores: SR/DREX/SELOG

Atividades desenvolvidas: Realizar exposição de equipamentos, materiais apreendidos e vídeos em local de aglomeração pública, como Shopping Center ou centro de exposições durante eventos.

Meta 23

Objetivo/Finalidade: Manter, coordenar as atividades do Grupo de Pronto Intervenção - GPI, no âmbito da SR/DPF/TO, e executar treinamentos rotineiros, além de provê-lo de recursos materiais e financeiros para a consecução de suas atividades e garantia de seu pronto emprego.

Executores: DREX

Atividades desenvolvidas: Formação no Curso a ser ministrado no COT; reserva de 2 viaturas, além do acautelamento de armamentos longos e ferramentas táticas.

Meta 24

Objetivo/Finalidade: Coordenar e controlar as atividades relacionadas à emissão de passaportes e ao controle de estrangeiros.

Executores: DREX/DELEMIG

Atividades desenvolvidas: Contratação de 1 estagiário, em substituição ao que teve o contrato rescindido; manutenção de policial para substituição, no caso de férias, afastamento ou licença de servidor que atue no atendimento ao público.

Meta 25

Objetivo/Finalidade: Priorizar a conclusão dos IPLs instaurados há mais de três anos.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Levantamento dos procedimentos na situação-alvo. Concentração de esforços e recursos humanos e materiais para conclusão de tais procedimentos.

Meta 26

Objetivo/Finalidade: Aprimorar a correição parcial nos IPLs.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Planejamento do Plano de Correições e auditoria no depósito.

Meta 27

Objetivo/Finalidade: Dar prioridade aos expedientes disciplinares, com eventual instauração de procedimentos no âmbito da DPF/AGA/TO.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Priorização de procedimentos disciplinares.

Meta 28

Objetivo/Finalidade: Priorização de delitos de grande potencial lesivo.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Atuar coordenadamente com a Caixa Econômica Federal, o Ministério Público Federal, URCC e outros, visando mapear e combater quadrilhas criminosas, de grande potencial ofensivo, que se utilizam de fraudes eletrônicas via internet como meio para a consumação dos crimes. Combater o contrabando e descaminho de cigarros e outros produtos. Atuar coordenadamente com a CGU e o TCU visando combater os crimes financeiros e de desvios de verbas públicas federais, através da URDP. Acelerar o tempo de tramitação dos IPLs relacionados a crimes tributários.

Meta 29

Objetivo/Finalidade: Avaliar o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais, tanto no âmbito geral como no individual.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Desenvolver atividades que permitam avaliar os trabalhos desenvolvidos pela autoridade policial.

Meta 30

Objetivo/Finalidade: Acompanhar as notícias criminais no SINPRO e SISCART, por autoridade policial

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Elaborar rotina de serviço através do acompanhamento de expedientes diário.

Meta 31

Objetivo/Finalidade: Combater o contrabando de agrotóxicos ilegais no Estado do Tocantins, seja este estado destino ou passagem para demais unidades da federação.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: realizar levantamentos, visando iniciar investigação contra tal espécie de delito.

Meta 32

Objetivo/Finalidade: Combater o comércio ilegal de madeiras e, sobretudo, fraudes ao sistema DOF no Estado do Tocantins.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Realizar levantamentos para identificar os responsáveis e, atuar repressivamente.

Meta 33

Objetivo/Finalidade: Combater o tráfico de animais silvestres e a identificar os principais responsáveis por essas atividades.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Realizar levantamentos para identificar os responsáveis e, atuar repressivamente.

Meta 34

Objetivo/Finalidade: Identificar grupos ou quadrilhas envolvidos em fraudes previdenciárias no âmbito circunscricional da DPF/AGA/TO.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: continuar com as investigações em andamento; iniciar novas investigações.

Meta 35

Objetivo/Finalidade: Implantar rotina de fiscalização de empresas de prestação de serviços de Segurança Privada, em eventos que reúnam grande público (musicais, culturais) e boates da cidade de Araguaína.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Elaborar rotina de procedimentos e serviço de fiscalização e executá-la mensalmente.

Meta 36

Objetivo/Finalidade: Executar operações de combate a atividade clandestina (não autorizada) de Segurança Privada. Pugnar pela inclusão da cidade de Araguaína na operação Varredura da CGCSP, caso esteja prevista para o ano de 2010 e caso negativo, que seja mantida a meta nos moldes atuais.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Realizar operações ostensivas semestralmente em Araguaína-TO.

Meta 37

Objetivo/Finalidade: Estabelecer estudos com vistas a identificar e evitar crimes praticados em detrimento das comunidades indígenas, contra a organização do trabalho, bem como desenvolver diligências objetivando a conclusão dos inquéritos em andamento.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Realizar levantamentos para identificar os responsáveis e, atuar repressivamente.

Meta 38

Objetivo/Finalidade: Dar cumprimento aos Mandados de Prisão expedidos no estado em relação às atribuições da Polícia Federal.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Levantar e quantificar a demanda existente, confirmando a validade dos mandados enviados à esta Regional.

Meta 39

Objetivo/Finalidade: Criar/desenvolver banco de dados de criminosos presos por crimes contra o patrimônio de atribuição da PF, no âmbito da DPF/AGA.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Formar metodologia para a criação e alimentação de tal banco de dados. Buscar bancos de dados das penitenciárias do estado e de outras instituições como BB, CEF, ETC.

Meta 40

Objetivo/Finalidade: Contatar as DELEPATs dos Estados vizinhos, com vistas a atuação conjunta.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Incentivar e promover o intercâmbio de informações entre os servidores da área.

Meta 41

Objetivo/Finalidade: Participar de encontros e realizar palestras, em entidades públicas e não governamentais, para divulgação dos malefícios do consumo de substâncias entorpecentes, das medidas judiciais destinadas aos consumidores e das conseqüências policiais do tráfico ilícito de drogas.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Elaborar material para palestras e fazer contatos junto a Escolas, Secretarias e entidades a fim de que sejam realizadas palestras educativas.

Meta 42

Objetivo/Finalidade: Promover atividades que auxiliem na manutenção dos contatos externos fornecedores de informação, inclusive realizar e participar de reuniões com órgãos regionais do SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Desenvolver atividades que permitam o gerenciamento de contatos.

Meta 43

Objetivo/Finalidade: Promover a interação com órgãos técnicos afins, das três esferas da administração pública, visando à troca de conhecimentos e experiências.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Realizar contato institucional, via GAB/SR/DPF/TO, com os dirigentes dos respectivos órgãos a fim de viabilizar a participação dos servidores em eventos de interesse.

Meta 44

Objetivo/Finalidade: Promover a interação com as autoridades solicitantes de perícias com o objetivo de realizar atendimento mais adequado.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Fomentar entre os servidores do Setor a filosofia pretendida, bem como, quando necessário, realizar explicações sobre assuntos de relevância.

Meta 45

Objetivo/Finalidade: Intensificar investigação na área contra o tráfico de entorpecentes e o combate a assaltos a bancos, cargas e agências dos correios, na circunscrição da Delegacia.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Criação de um Banco de Dados, com fotografias e qualificação dos infratores que atuam nos estados do TO, MA e PA. Criar um grupo de vestígios e indícios que levam a identificação de suspeitos. Treinar policiais para o uso de fuzis e abordagens, em virtudes dos assaltantes que agem na região serem de alta investigação em local de crime, a fim de verificar periculosidade.

Meta 46

Objetivo/Finalidade: Ampliação de atendimentos na confecção de passaportes das atuais 70 unidades para 90 unidades mensais.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Procurar aumentar os níveis de produtividade por servidor lotado no Núcleo.

Meta 47

Objetivo/Finalidade: Realização de sindicâncias anuais “in loco” para averiguação do crescente número de estrangeiros irregulares trabalhando na cidade de Araguaína.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Realizar diligências de campo em conjunto com o SO.

Meta 48

Objetivo/Finalidade: Aprimorar a logística de encaminhamento dos procedimentos para os órgãos competentes

Executores: CART/GAB

Atividades desenvolvidas: Efetuar as gestões necessárias junto aos órgãos envolvidos.

Meta 49

Objetivo/Finalidade: Manter contato com os órgãos competentes com vistas a encerrar as pendências no SISCART/SINPRO quanto a IPLs encaminhados a mais de seis meses para a JUSTIÇA/MP

Executores: CART/GAB

Atividades desenvolvidas: Retornar com todos os inquéritos policiais que foram encaminhados para a justiça/MP a mais de seis meses caso não tenham sido arquivados ou oferecido denúncia

Meta 50

Objetivo/Finalidade: Fomentar a realização de cursos nas áreas de atuação da PF aos servidores atuantes em suas funções.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Fazer gestão junto a equipe de T&D da DGP afim de que seja liberado orçamento para qualificação dos servidores da DPF/AGA.

Meta 51

Objetivo/Finalidade: Aumentar o efetivo, lotando Agentes, Escrivães, Estagiários e Servidores Administrativos.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Gestão junto a DGP, afim de que seja realizado recrutamento de servidores para serem removidos para a SR/DPF/TO ou realização de concurso público para categoria administrativa no DPF.

Meta 52

Objetivo/Finalidade: Implementar posto de trabalho no aeroporto de Araguaína, após a conclusão da reforma do mesmo

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Elaborar Termo de referência, descrevendo os mobiliários e equipamentos que devem ser adquiridos para o perfeito funcionamento do posto da Delemig a ser instalado no aeroporto de Araguaína-TO.

Meta 53

Objetivo/Finalidade: Capacitar servidores policiais em cursos de Gerenciamento de Crises.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Fazer gestão junto a Academia de Policia afim de que se obtenham vagas para o curso de gerenciamento e crise aos servidores da DPF/AGA.

Meta 54

Objetivo/Finalidade: Fomentar a participação de servidores em cursos à distância, tendo como base o Telecentro.

Executores: DPF/AGA

Atividades desenvolvidas: Estruturar telecentro da Delegacia de Policia Federal em Araguaína-TO e incentivar os servidores a participarem dos cursos oferecidos através de melhor divulgação.

Meta 55

Objetivo/Finalidade: Fiscalização de Segurança Privada: Planos de Segurança Bancário

Executores: DELESP/SR/TO

Atividades desenvolvidas: Fiscalização de Planos de Segurança Bancária das Agências Pertencentes a Circunscrição da SR/DPF/TO.

Meta 56

Objetivo/Finalidade: Fiscalização da Segurança Privada

Executores: DELESP/SR/TO

Atividades desenvolvidas: Fiscalizações das Empresas de Segurança Privada e das Escolas de Formação de Vigilância.

Meta 57

Objetivo/Finalidade: Fiscalização da Segurança Privada

Executores: DELESP/SR/TO

Atividades desenvolvidas: Fiscalizações de denúncias de segurança clandestina.

Meta 58

Objetivo/Finalidade: Desenvolver as atividades de inteligência, ampliando e aprofundando a atuação do NIP.

Executores: NIP

Atividades desenvolvidas: Implantar rotina e distribuir atribuições específicas aos policiais.

Meta 59

Objetivo/Finalidade: Aumentar os acessos a Bancos de dados de outras Instituições

Executores: NIP

Atividades desenvolvidas: Estabelecer rede de contatos com representantes das instituições de interesse.

Meta 60

Objetivo/Finalidade: Atuar coordenadamente com outras instituições policiais, com o MPF, com o MPE, com a Receita Federal, com a Justiça Estadual e Federal e outros órgãos visando combater o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Elaborar as diretrizes para a realização de investigações em parceria com as atividades mencionadas. Manter contatos intitucionais visando o estabelecimento das bases da ação repressiva coordenada

Meta 61

Objetivo/Finalidade: Divulgar os serviços da Polícia Federal e trabalhos realizados pela DRE nas situações de iniciativa própria.

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Confecção de material publicitário e encaminhamento de minutas ao setor de comunicação.

Meta 62

Objetivo/Finalidade: Intercâmbio de policiais com outras unidades do departamento bem como encaminhamento dos mesmos para cursos de especialização.

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Manter contato permanente com outras unidades descentralizada e também com a CGPRE.

Meta 63

Objetivo/Finalidade: Atualizar coordenadamente com IBAMA, DNPM e outros órgãos visando combater os crimes ambientais.

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Manter contato permanente com essas instituições, através de reuniões trimestrais.

Meta 64

Objetivo/Finalidade: Conclusão dos inquéritos policiais instaurados há mais de 1 (um) ano em trâmite na DELINST/SR/DPF/TO.

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Realização de diligências a cargo da DELINST, como investigação em campo e a realização de cartórios intinerantes, se necessário, bem como de outros setores desta SR como p. ex. exames periciais.

Meta 65

Objetivo/Finalidade: Prevenir e reprimir a prática de crime em detrimento das comunidades indígenas, crimes eleitorais, contra a organização do trabalho ou contra os direitos humanos, especialmente o tráfico de pessoas e crimes de pedofilia praticados por meio da internet.

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Realizar investigações objetivando a prevenção e repressão dos crimes supracitados, com a instauração de inquéritos policiais e a conclusão dos inquéritos já em andamento, inclusive com diligências fora da sede se necessário.

Meta 66

Objetivo/Finalidade: Orientar e promover a execução de pelo menos duas operações especiais

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Realizar investigações objetivando a prevenção e repressão dos crimes eleitorais, com a instauração de inquéritos policiais e a conclusão dos inquéritos já em andamento, inclusive com diligências fora da sede se necessário.

Meta 67

Objetivo/Finalidade: Orientar e promover a execução de pelo menos duas operações especiais.

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Realizar investigações objetivando a prevenção e repressão de crimes previdenciários, com a instauração de inquéritos policiais e a conclusão dos inquéritos já em andamento, inclusive com diligências fora da sede se necessário.

Meta 68

Objetivo/Finalidade: Orientar e promover a execução de pelo menos quatro operações especiais.

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Realizar levantamento para identificar os responsáveis e atuar repressivamente através de operações especiais.

Meta 69

Objetivo/Finalidade: Orientar e promover a execução de pelo menos quatro operações especiais.

Executores: DRCOR/SR

Atividades desenvolvidas: Realizar levantamento para identificar os responsáveis e atuar repressivamente através de operações especiais.

2.2 Informação sobre outros resultados da Gestão.

O Departamento de Polícia Federal elaborou o denominado o **Índice de Produtividade Operacional – I.P.O**, tendo por fundamento vários indicadores e variáveis da atividade policial do DPF,

2.2.1 Define-se índice de produtividade como uma relação entre os resultados alcançados, frente aos recursos necessários a obtê-los em determinado processo.

2.2.2 O índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – de uma unidade é a média aritmética de indicadores de produtividade ponderados por dois pesos: o primeiro pertence ao grupo temático do indicador e o segundo relaciona-se a complexidade da atividade em relação ao outro grupo.

2.2.3 No cálculo o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – aplica-se a equação abaixo:

$$IPO = 100 \times \sum_{g=1}^3 P_g \times \left(\sum_{v=1}^{n_g} (P_{vg} \times IP_{vg}^g) \right)$$

Onde:

P_g é o peso do grupo temático g ;

p_{vg} é o peso da variável v do grupo temático g ;

n_g é o número de variáveis no grupo temático g ; e

IP_{vg}^g é o valor do índice de produtividade do grupo temático g .

Unidades operacionais ordenadas em ordem decrescente do valor do IPO.

Unidade	IPO
RR	4,077
MS	3,874
PR	3,869
SP	3,809
AP	3,392
AM	3,304
AL	3,162
MT	2,983
PA	2,700
AC	2,665
MG	2,628
TO	2,591
RS	2,567
RO	2,448
DF	2,434
RN	2,200
PI	2,120
MA	2,002
SC	2,000
BA	1,992
GO	1,922
PB	1,884
SE	1,866
PE	1,764
CE	1,692
RJ	1,654
ES	1,527

Unidades ordenadas em função dos valores obtidos com as atividades operacionais, fatores geográficos e atividades operacionais.

<u>Atividades Operacionais.</u>		<u>Fatores Geográficos.</u>		<u>Atividades Administrativas.</u>	
Unidade	Valor	Unidade	Valor	Unidade	Valor
RR	3,660	AM	0,849	SP	1,245
MS	3,496	RR	0,351	RJ	0,524
PR	3,393	PA	0,305	GO	0,493
AP	3,106	AC	0,199	SC	0,456
AL	2,808	MT	0,193	MG	0,441
SP	2,499	TO	0,193	RS	0,408
MT	2,465	BA	0,187	PR	0,406
AC	2,280	AP	0,177	BA	0,402
TO	2,210	RO	0,171	DF	0,381
PA	2,164	MA	0,158	ES	0,375
AM	2,162	PI	0,158	MT	0,325
RO	2,136	MG	0,157	PE	0,320
RS	2,047	GO	0,145	AM	0,294
MG	2,030	MS	0,116	CE	0,289
DF	1,998	PE	0,116	MS	0,262
RN	1,910	RS	0,112	AL	0,244
PI	1,815	AL	0,110	PA	0,231
MA	1,641	SC	0,101	RN	0,225
PB	1,617	PB	0,090	SE	0,211
SE	1,589	CE	0,076	MA	0,203
SC	1,443	PR	0,070	TO	0,188
BA	1,403	SE	0,066	AC	0,187
PE	1,329	RN	0,065	PB	0,177
CE	1,327	SP	0,064	PI	0,147
GO	1,284	DF	0,055	RO	0,141
ES	1,099	ES	0,053	AP	0,110
RJ	1,091	RJ	0,039	RR	0,067

O valor do IPO de uma unidade é a soma dos valores correspondentes das atividades operacionais, fatores geográficos e atividades administrativas.

Variáveis utilizadas na construção do IPO agrupadas em grupos temáticos.

Grupo temático/Variável
Atividades operacionais
Inquéritos relatados
Operações especiais de polícia judiciária
Prisão e mandado de condução coercitiva
Mandados de busca e apreensão
Prisão em flagrantes
Indiciamentos realizados
Quantidade de maconha apreendida
Quantidade de cocaína apreendida
Valor de bens apreendidos/sequestrados
Prejuízos evitados para a União
Perícias realizadas
Características Geográficas
Área da unidade da federação
Quantidade de municípios
Quantidade de zonas eleitorais
Quantidade de unidades de conservação
Extensão de fronteiras
População Indígena
Área de reservas indígenas
Atividades Não Operacionais
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)
Quantidade de passaportes emitidos
Quantidade de passageiros em aeroportos
Quantidade de vitorias em embarcações de cabotagem
Quantidade de vitorias em embarcações de longo curso
Estrangeiros domiciliados na circunscrição
Quantidade de agências bancárias
Quantidade de empresas de vigilantes
Quantidade de empresas de produtos químicos

Quadro 2.2.3.1 - Dados operacionais das unidades do DPF e efetivos policiais e administrativos.

Estado	IPL relatado	Operações policiais	Prisões e conduções coercitivas	Mandados de busca e apreensão	Flagrantes	Indiciados	Maconha	Cocaína	Valor dos bens apreendidos	Prejuízos evitados a união	Perícias realizadas
AC	702	5	86	59	142	590	13,143	1.351,744			520
AL	692	7	60	111	44	740	74,678	58,058			495
AM	951	6	61	137	107	795	143,275	1.882,610			723
AP	471	12	41	76	20	370	0,000	44,706			196
BA	2.292	12	32	102	113	1.229	1.689,439	545,923			1.209
CE	1.463	10	20	180	126	1.088	1.143,388	1.091,369			1.405
DF	1.357	7	58	154	93	1.142	3.036,415	312,976			2.819
ES	1.308	8	17	39	58	827	146,709	460,001			776
GO	1.451	3	30	35	138	1.015	5.517,705	226,561			1.130
MA	1.158	7	61	99	76	756	0,001	124,000			401
MG	4.752	16	240	297	327	4.046	4.462,973	2.219,308			3.124
MS	1.865	7	40	127	683	2.448	89.027,930	6.385,170			2.881
MT	1.677	9	97	127	185	1.533	2.967,333	4.855,224			1.107
PA	1.594	13	166	192	77	1.093	0,000	884,606			738
PB	1.396	12	25	136	47	759	43,498	199,484			660
PE	1.609	9	56	50	128	989	3.078,446	293,355			954
PI	1.131	6	45	51	35	897	36,801	75,002			466
PR	5.604	19	329	404	1.357	4.653	76.709,800	1.877,349			6.388
RJ	5.508	19	161	251	337	2.998	3.804,119	601,048			2.232
RN	1.911	7	93	124	72	878	709,119	258,422			533
RO	1.189	4	73	58	229	1.031	4,572	947,249			1.137
RR	629	7	109	102	180	461	10,283	31,641			567
RS	4.236	27	170	263	412	3.749	1.986,379	1.038,531			2.622
SC	3.070	7	61	71	196	2.916	1.305,306	436,267			1.504
SE	809	1	15	16	69	1.097	5.887,841	577,838			453
SP	16.102	52	311	637	986	7.429	24.157,673	10.349,727			8.916
TO	908	3	59	60	24	566	58,002	307,453			221

OBS:

- Os valores de efetivo policial e administrativo foram fornecidos pelo CRH e reflete a situação em janeiro de 2014.
- Os dados de operações especiais de Polícia Judiciária, atualizados até 31/12/2013.
- Os dados de apreensão de maconha e cocaína, aferidos pela CGPRE/DICOR, atualizados até 31/12/2013.
- Os dados sobre IPL relatados e inquéritos motivados por flagrantes foram consultados nos SISTEMAS CORPORATIVOS DO DPF no dia 07/08/2013.
- Os dados sobre INDICIADOS foram fornecidos pela CGTI, em 06/01/2014, atualizados até 31/12/2013.
- Os valores apreendidos e prejuízos evitados à União não foram considerados nesse índice.
- Os dados sobre Perícias foram fornecidos pela DITEC, em 04/02/2014, atualizados até 31/12/2013.

Quadro 2.2.3.2 - Dados geográficos e efetivos policiais e administrativos.

Estado	Área	Quantidade de municípios	Quantidade de zonas eleitorais	Quantidade de unidades de conservação	Extensão da Fronteira	População indígena	Área de reservas indígenas
AC	164.123	22	10	12	1.816	17.578	30.721
AL	27.779	102	55	10	0	16.291	130
AM	1.559.159	62	70	45	3.174	183.514	527.783
AP	142.829	16	13	11	624	7.411	41.965
BA	564.733	417	205	48	0	60.120	2.345
CE	148.920	184	123	18	0	20.697	114
DF	69.556	34	40	28	0	6.128	0
ES	46.096	78	59	11	0	9.585	76
GO	276.336	213	112	43	0	8.533	405
MA	331.937	217	111	10	0	38.831	19.057
MG	586.522	853	351	58	0	31.677	670
MS	357.146	79	54	6	1.480	77.025	6.781
MT	903.366	141	60	14	881	51.696	18.849
PA	1.247.955	143	104	37	857	51.217	305.724
PB	56.470	223	77	10	0	25.043	338
PE	98.148	185	151	13	0	60.995	1.181
PI	251.578	223	98	16	0	2.944	0
PR	199.308	399	206	15	498	26.559	944
RJ	43.780	92	253	46	0	15.894	24
RN	52.811	167	69	5	0	2.597	0
RO	237.591	52	35	15	1.454	13.076	62.526
RR	224.301	15	8	8	1.922	55.922	104.018
RS	281.730	496	173	27	1.741	34.001	1.088
SC	95.736	293	105	32	237	18.213	562
SE	21.915	75	36	4	0	5.221	43
SP	248.223	645	425	42	0	41.981	171
TO	277.721	139	35	7	0	14.118	25.521

OBS:

1. Os dados geométricos são os utilizados no IPO de 2012.

Quadro 2.2.3.3 - Dados das atividades administrativas e efetivos policiais e administrativos.

Estado	SINIC	Passaportes	Movimento Aeroporto	Movimento embarcações de cabotagem	Movimento embarcações de longo curso	Estrangeiros	Número de agências bancárias	Número de empresas de vigilância	Numero de empresas de produtos químicos
AC	11.854	3.356	280.680			1.754	58	14	29
AL	1.168	11.355	1.388.920			2.332	201	64	75
AM	2.746	24.106	2.256.079			13.128	181	81	189
AP	2.107	5.148	456.544			1.093	46	14	7
BA	3.135	65.230	6.310.802			23.804	731	200	468
CE	2.210	41.283	7.391.791			12.417	578	116	288
DF	10.440	83.247	4.414.137			14.865	431	97	105
ES	4.509	39.750	8.106.711			8.451	436	56	190
GO	8.167	53.629	2.518.710			9.126	712	132	817
MA	3.931	17.682	2.149.667			3.161	368	39	87
MG	15.912	185.241	1.332.365			30.114	2.123	200	1.305
MS	31.609	16.178	1.123.047			11.604	280	53	154
MT	21.646	20.777	2.202.585			4.709	304	50	227
PA	5.764	28.192	2.528.729			9.685	427	111	180
PB	2.521	17.761	902.737			3.290	196	52	337
PE	3.298	55.009	5.054.399			10.789	612	142	92
PI	2.391	8.457	802.219			1.002	166	42	47
PR	19.793	134.720	4.859.465			51.205	1.737	247	1.234
RJ	9.860	284.473	19.463.121			233.056	2.843	245	964
RN	7.566	18.958	1.777.878			7.117	202	50	76
RO	4.905	10.461	672.070			4.656	122	28	81
RR	1.502	6.220	260.369			1.330	38	5	5
RS	5.507	126.021	5.836.362			45.488	1.650	272	1.078
SC	3.999	96.311	2.883.374			23.922	1.062	171	883
SE	3.545	10.292	980.274			1.547	191	27	60
SP	27.288	761.525	22.884.327			565.713	8.231	1.255	6.636
TO	5.148	5.730	423.335			800	114	12	37

OBS:

1. Os dados inseridos no SINIC, fornecido pelo INC, dados atualizados até 31/12/2013.
2. Os dados de passaporte fornecido pelo SINPA, dados atualizados até 31/12/2013.
3. Os dados de movimento de aeroporto obtidos no site da Infraero, dados atualizados até 30/06/2013.
4. Os dados de número de agência, empresas de vigilância, atualizados até 31/12/2013, e de produtos químicos são os utilizados no IPO de 2012.
5. Os dados de números de estrangeiros atualizados em 31/12/2013.
6. Os dados de embarcações de capotagem e de longo curso não foram considerados nesse índice.

Quadro 2.2.3.4 - Produtividades normalizadas.

UF	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
AC	0,026	0,033	0,065	0,030	0,055	0,028	0,000	0,085	0,000	0,000	0,029	0,031	0,008	0,007	0,039	0,167	0,032	0,034	0,105	0,005	0,007	0,000	0,000	0,007	0,008	0,010	0,006
AL	0,035	0,064	0,062	0,078	0,023	0,049	0,001	0,005	0,000	0,000	0,038	0,006	0,047	0,049	0,039	0,000	0,035	0,000	0,012	0,021	0,040	0,000	0,000	0,012	0,032	0,058	0,020
AM	0,028	0,032	0,037	0,057	0,034	0,031	0,001	0,097	0,000	0,000	0,032	0,230	0,019	0,041	0,114	0,231	0,260	0,464	0,019	0,030	0,042	0,000	0,000	0,044	0,019	0,048	0,033
AP	0,029	0,134	0,052	0,066	0,013	0,030	0,000	0,005	0,000	0,000	0,018	0,039	0,009	0,014	0,051	0,083	0,019	0,068	0,027	0,012	0,016	0,000	0,000	0,007	0,009	0,015	0,002
BA	0,039	0,037	0,011	0,024	0,020	0,027	0,010	0,016	0,000	0,000	0,031	0,046	0,069	0,067	0,068	0,000	0,047	0,001	0,012	0,045	0,066	0,000	0,000	0,044	0,043	0,066	0,046
CE	0,023	0,028	0,006	0,039	0,021	0,022	0,006	0,029	0,000	0,000	0,033	0,012	0,030	0,039	0,025	0,000	0,016	0,000	0,008	0,028	0,075	0,000	0,000	0,023	0,033	0,037	0,027
DF	0,031	0,029	0,027	0,049	0,022	0,034	0,024	0,012	0,000	0,000	0,096	0,007	0,007	0,017	0,050	0,000	0,006	0,000	0,052	0,073	0,059	0,000	0,000	0,035	0,032	0,041	0,013
ES	0,031	0,034	0,008	0,013	0,014	0,025	0,001	0,019	0,000	0,000	0,027	0,005	0,019	0,028	0,022	0,000	0,011	0,000	0,025	0,040	0,122	0,000	0,000	0,023	0,037	0,027	0,027
GO	0,035	0,013	0,015	0,012	0,035	0,032	0,047	0,009	0,000	0,000	0,041	0,032	0,051	0,052	0,086	0,000	0,010	0,000	0,045	0,053	0,037	0,000	0,000	0,024	0,060	0,062	0,114
MA	0,032	0,035	0,035	0,039	0,022	0,028	0,000	0,006	0,000	0,000	0,017	0,045	0,059	0,060	0,023	0,000	0,050	0,015	0,025	0,020	0,037	0,000	0,000	0,010	0,036	0,021	0,014
MG	0,043	0,026	0,045	0,038	0,031	0,048	0,014	0,035	0,000	0,000	0,043	0,029	0,087	0,070	0,050	0,000	0,015	0,000	0,038	0,078	0,008	0,000	0,000	0,034	0,076	0,040	0,078
MS	0,029	0,019	0,013	0,027	0,111	0,049	0,475	0,169	0,000	0,000	0,067	0,028	0,013	0,017	0,008	0,058	0,059	0,003	0,119	0,011	0,011	0,000	0,000	0,021	0,016	0,017	0,015
MT	0,036	0,035	0,043	0,038	0,042	0,043	0,022	0,181	0,000	0,000	0,036	0,103	0,033	0,027	0,027	0,050	0,057	0,013	0,117	0,020	0,032	0,000	0,000	0,012	0,025	0,023	0,031
PA	0,030	0,045	0,065	0,051	0,016	0,027	0,000	0,029	0,000	0,000	0,021	0,114	0,027	0,038	0,058	0,039	0,045	0,167	0,025	0,022	0,029	0,000	0,000	0,020	0,028	0,041	0,020
PB	0,034	0,052	0,012	0,046	0,012	0,024	0,000	0,008	0,000	0,000	0,024	0,007	0,053	0,036	0,020	0,000	0,028	0,000	0,014	0,018	0,013	0,000	0,000	0,009	0,016	0,024	0,047
PE	0,031	0,031	0,022	0,013	0,026	0,025	0,021	0,010	0,000	0,000	0,028	0,010	0,037	0,059	0,022	0,000	0,057	0,001	0,015	0,045	0,063	0,000	0,000	0,024	0,043	0,056	0,011
PI	0,046	0,044	0,038	0,029	0,015	0,048	0,001	0,005	0,000	0,000	0,029	0,045	0,082	0,070	0,050	0,000	0,005	0,000	0,021	0,013	0,018	0,000	0,000	0,004	0,021	0,030	0,010
PR	0,044	0,027	0,053	0,044	0,112	0,048	0,209	0,025	0,000	0,000	0,075	0,009	0,035	0,035	0,011	0,011	0,011	0,000	0,040	0,049	0,027	0,000	0,000	0,050	0,054	0,043	0,063
RJ	0,031	0,019	0,019	0,020	0,020	0,022	0,007	0,006	0,000	0,000	0,019	0,001	0,005	0,029	0,022	0,000	0,004	0,000	0,013	0,068	0,070	0,000	0,000	0,150	0,058	0,028	0,032
RN	0,049	0,033	0,049	0,045	0,020	0,030	0,006	0,011	0,000	0,000	0,021	0,007	0,045	0,037	0,012	0,000	0,003	0,000	0,048	0,021	0,030	0,000	0,000	0,022	0,019	0,027	0,012
RO	0,035	0,021	0,044	0,024	0,071	0,040	0,000	0,048	0,000	0,000	0,051	0,033	0,015	0,019	0,036	0,100	0,018	0,052	0,033	0,012	0,012	0,000	0,000	0,015	0,012	0,016	0,013
RR	0,031	0,062	0,110	0,070	0,093	0,029	0,000	0,003	0,000	0,000	0,042	0,050	0,007	0,007	0,031	0,210	0,119	0,138	0,016	0,012	0,007	0,000	0,000	0,007	0,006	0,004	0,001
RS	0,039	0,045	0,032	0,034	0,040	0,045	0,006	0,017	0,000	0,000	0,036	0,014	0,049	0,034	0,023	0,042	0,016	0,000	0,013	0,052	0,036	0,000	0,000	0,051	0,058	0,053	0,063
SC	0,047	0,019	0,019	0,015	0,032	0,058	0,007	0,011	0,000	0,000	0,035	0,008	0,049	0,035	0,046	0,010	0,015	0,000	0,016	0,067	0,030	0,000	0,000	0,045	0,063	0,057	0,087
SE	0,040	0,009	0,015	0,011	0,036	0,071	0,102	0,049	0,000	0,000	0,034	0,005	0,037	0,035	0,017	0,000	0,012	0,000	0,041	0,021	0,030	0,000	0,000	0,000	0,033	0,026	0,017
SP	0,072	0,042	0,028	0,040	0,046	0,043	0,037	0,079	0,000	0,000	0,060	0,006	0,031	0,040	0,017	0,000	0,010	0,000	0,031	0,151	0,068	0,000	0,000	0,303	0,139	0,118	0,186
TO	0,053	0,032	0,071	0,049	0,015	0,043	0,001	0,031	0,000	0,000	0,019	0,077	0,079	0,039	0,034	0,000	0,038	0,042	0,068	0,013	0,015	0,000	0,000	0,005	0,023	0,013	0,012

Legenda :

- | | | |
|---|--|--|
| 3. Inquéritos policiais relatados; | 13. Perícias realizadas; | 23. Quantidade de passageiros em aeroportos; |
| 4. Operações especiais de polícia judiciária; | 14. Área da unidade da federação; | 24. Quantidade de vistorias em embarcações de cabotagem; |
| 5. Prisões e conduções coercitivas; | 15. Quantidade de municípios; | 25. Quantidade de vistorias em embarcações de longo curso; |
| 6. Mandados de busca e apreensão; | 16. Quantidade de zonas eleitorais; | 26. Estrangeiros domiciliados na circunscrição; |
| 7. Prisão em flagrantes; | 17. Quantidade de unidades de conservação; | 27. Quantidade de agências bancárias; |
| 8. Indiciamentos; | 18. Extensão de fronteiras; | 28. Quantidade de empresas de vigilantes; e |
| 9. Quantidade de maconha; | 19. População Indígena; | 29. Quantidade de empresas de produtos químicos. |
| 10. Quantidade de cocaína; | 20. Área de reservas indígenas; | |
| 11. Valor de bens apreendidos/sequestrados; | 21. Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC); | |
| 12. Prejuízos evitados para a União; | 22. Quantidade de passaportes emitidos; | |

Quadro 2.2.3.5 - Pesos atribuídos as variáveis no cálculo do IPO.

Grupo temático/Variável	Pesos	
	Grupo	Variável
Atividades operacionais		
Inquéritos relatados	0,7	0.06
Operações especiais de polícia judiciária		0.16
Prisão e conduções coercitivas		0.14
Mandados de busca e apreensão		0.14
Prisão em flagrantes		0.12
Indiciamentos		0.06
Quantidade de maconha		0.03
Quantidade de cocaína		0.03
Valor de bens apreendidos/sequestrados		0.10
Prejuízos evitados para a União		0.10
Perícias realizadas		0.06
Características Geográficas		
Área da unidade da federação	0,1	0.0625
Quantidade de municípios		0.0625
Quantidade de zonas eleitorais		0.0625
Quantidade de unidades de conservação		0.0625
Extensão de fronteiras		0.0625
População Indígena		0.0625
Área de reservas indígenas		0.0625
Atividades Não Operacionais		
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)	0,2	0.0625
Quantidade de passaportes emitidos		0.0625
Quantidade de passageiros em aeroportos		0.0626
Quantidade de vistorias em embarcações de cabotagem		0.0625
Quantidade de vistorias em embarcações de longo curso		0.0625
Estrangeiros domiciliados na circunscrição		0.0625
Quantidade de agências bancárias		0.0625
Quantidade de empresas de vigilantes		0.0625
Quantidade de empresas de produtos químicos		0.0625

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

No que diz respeito aos Quadros dos itens relacionados ao Capítulo 3 da parte A (conteúdo geral, com doze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, o item 3.3, e os subitens 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.3.4 da referida Decisão Normativa, não se aplicam ao Departamento de Polícia Federal.

3.1 Estrutura de governança

Na estrutura de Governança do DPF, as atividades de controle interno se desenvolvem em todos os níveis da estrutura do órgão e em todas as áreas de atuação, em especial assessoradas pela Assessoria de Controle Interno do DPF, pela Corregedoria-Geral, Gestores de Contratos, Fiscais de Contratos, Conformistas de Gestão e Conformistas Contábeis e das Visitas de Orientações Técnicas, tudo isso alinhado com as diretrizes emanadas do órgão central do Departamento de Polícia Federal sob a direção do Ordenador de Despesas da Superintendência, na figura do Superintendente Regional.

3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

QUADRO 3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica: A estrutura de governança e autocontrole da gestão foi melhoranda com a mudança e capacitação do responsável pela Conformidade Documental, que passou a atuar de maneira mais enérgica, e participativa, promovendo reuniões e seminários com os gestores de contratos, fiscais de contrato, e servidores					

do Núcleo de Execução Financeira e Orçamentária e do Núcleo de Administração, proporcionando melhoria significativa nos processos da SR/DPF/TO. Apesar da melhora significativa na estrutura de governança e autocontrole, alguns itens ainda foram atribuídos valor dois em razão de que ainda nem todos os servidores percebem os mecanismos gerais de controle da UJ e da necessidade de se aperfeiçoar o diagnóstico dos riscos de origem interna ou externa, os riscos são identificados pelos chefes de setores e avaliados em reuniões com o Superintendente Regional, para então traçar as medidas que devem ser tomadas para mitigá-los.

Escala de valores da Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Sistema de Correição

3.3.1 – Da estrutura

Preliminarmente, importante esclarecer que o documento fundamental que rege a estrutura desta Casa Federal de Polícia é o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 2877 do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DOU 1, SEÇÃO 1, número 1, de 02/01/2012, páginas 36/44.

No que tange a esta Corregedoria-Regional no estado do Tocantins, a estrutura é fracionada em três áreas específicas, em perfeita consonância ao previsto no anexo XXVII do Regimento Interno, a saber:

- a) Gabinete e Secretaria – COR;
- b) Núcleo de Disciplina – NUDIS;
- c) Núcleo de Correições – NUCOR;

3.3.2 – Das atividades

A Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de Junho de 2005, publicada no Suplemento ao Boletim de Serviço nº 113, de 16 de junho de 2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes.

Nesse diapasão, referido ato normativo estabelece, em seu Artigo 227, as atribuições das Corregedorias-Regionais das unidades descentralizadas da Polícia Federal. Confira-se:

(...)

Art. 227. À Corregedoria Regional de Polícia Federal compete:

- I - distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER;
- II - planejar e executar o Plano de Correições;
- III - decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais;
- IV - promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial;
- V - determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas;
- VI - controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo;
- VII - decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência;
- VIII - submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER;
- IX - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.

Diante dessa gama de atribuições, as atividades são divididas entre os três setores citados no tópico acima.

3.3.3 – Do Nucleo de Disciplina – NUDIS

3.3.3.1 – Atividades e Base Normativa

O Núcleo de Disciplina – NUDIS, compõe, ao lado do Núcleo de Correições – NUCOR, a estrutura da Corregedoria da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins – COR/SR/DPF/TO.

As atividades afetas ao NUDIS estão previstas no Artigo 228 da Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, *in verbis*:

(...)

Art. 228. Ao Núcleo de Disciplina compete:

- I - receber e registrar informações que noticiem irregularidades praticadas por servidores;
- II - instaurar sindicâncias, processos administrativos e disciplinares, bem como controlar seus prazos legais;
- III - elaborar portarias relativas a elogios e à aplicação de sanções disciplinares;
- IV - executar prisão disciplinar;
- V - escriturar, em ordem cronológica, dados nos livros de registros de sindicâncias, processos administrativos e disciplinares;
- VI - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do Sistema SAD, na área de atuação da Superintendência;

VII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

Soma-se a essa legislação a Instrução Normativa nº 032/2010-DG/DPF, de 14.06.2010, publicada no Boletim de Serviço nº 112, de 15.06.2010, que institui e disciplina a política de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU/PAD.

Ainda atrelado ao controle disciplinar, tem-se a Instrução Normativa nº 007/2002-DG/DPF, de 22.05.2002, publicada no BS nº 099, de 24.05.2002, que *dispõe sobre a implantação e utilização do Sistema de Acompanhamento Disciplinar – SAD*.

Por derradeiro, necessário destacar a Instrução Normativa nº 076/2013-DG/DPF, 26.12.2013, publicada no Boletim de Serviço nº 250, de 27.12.2013, que regulamenta os procedimentos de natureza disciplinar no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

Nesse contexto, o Núcleo de Disciplina – NUDIS possui importante atribuição, mormente a análise de eventuais abusos e transgressões praticadas pelos servidores do Órgão, fazendo cumprir de forma esmerada as leis e regulamentos.

Para tanto, auxilia a Corregedoria-Regional na instauração de Processos Disciplinares diversos, além de lavrar pareceres e alimentar os sistemas pertinentes.

3.4 Cumprimento, pela instância de Correição, da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Nas Unidades Regionais do Departamento de Polícia Federal, o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, nos termos da Portaria em epígrafe, estão sob a responsabilidade do Núcleo de Disciplina - NUDIS, subordinado à Corregedoria Regional. Logo, cabe ao NUDIS proceder as atualizações do sistema CGU-PAD, conforme Instrução Normativa nº 032/2010-DG/DPF, de 14.06.2012.

Dessa forma, no âmbito desta Regional, os sistemas CGU/PAD e SAD/DPF são avaliados como satisfatório, visto que apresentam informações úteis, possibilitando apresentação de medidas e sugestões para o aprimoramento do serviço correcional e/ou consulta.

Os aludidos Sistemas propiciam, dentre outras utilidades, a realização de consultas rápidas, as quais retornam informações com clareza, objetividade, exatidão, concisão e completude, em consonância com regras estabelecidas pelos órgãos superiores pertinentes.

Ademais, necessário destacar que todos os procedimentos disciplinares, de qualquer espécie, encontram-se devidamente cadastrados e registrados nos sistemas pertinentes.

Diante das informações ora apresentadas, verifica-se com clareza que a Superintendencia de Polícia Federal no Estado do Tocantins desempenha suas atribuições legais em completa harmonia aos preceitos contidos nos Artigos 4º e 5º da Portaria 1403/07-CGU.

3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

3.5.1 – Procedimentos Disciplinares Instaurados no ano de 2013

ESPECIE	SR/DPF/TO	DPF/AGA/TO
Processo Administrativo Disciplinar	02	00
Sindicâncias Acusatórias	01	00
Sindicâncias Investigativas	04	02
Expediente de Natureza Disciplinar	07	00
Processo Especial de Acidente em Serviço	01	00

Fonte: COR/SR/DPF/TO

Necessário destacar que, atualmente, se encontram em andamento, na SR/DPF/TO, os seguintes procedimentos:

- 03 PAD's;
- 03 Sindicâncias Investigativas;
- 01 Expediente de Natureza Disciplinar;

Por outro turno, não há atualmente nenhum procedimento disciplinar em trâmite na Delegacia de Polícia Federal de Araguaína.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No que diz respeito aos Quadros dos itens relacionados ao Capítulo 4 da parte A (conteúdo geral, com doze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e aos itens contidos nas orientações da 1ª parte do item 4 da Portaria do TCU nº 175/2013, os itens 4.1.1, 4.1.2.2, 4.1.3, 4.1.3.1, 4.1.3.2, 4.1.3.3 e 4.1.3.4 serão informados no Relatório de Gestão da unidade central do DPF.

Os itens 4.2, 4.2.1, 4.4, 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3. , 4.4.4, 4.5.2 e 4.6 não ocorreram ou não se aplicam a esta unidade.

4.1 Execução das despesas

4.1.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

QUADRO 4.1.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200336	200404	06122211220000001	-----	-----	3.427.269,20
Recebidos	200336	200404	06122211220000001	-----	-----	3.427.269,20
Concedidos	200336	200404	06181207027260001	-----	-----	1.160.958,82
Recebidos	200336	200404	06181207027260001	-----	-----	1.160.958,82
Concedidos	200336	200404	06183207014WH0101	-----	-----	4.100,34
Recebidos	200336	200404	06183207014WH0101	-----	-----	4.100,34
Concedidos	200336	200404	0618320707U230001	-----	-----	414.482,70
Recebidos	200336	200404	0618320707U230001	-----	-----	414.482,70
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	200336	200404	06122211220000001	293.129,70	-----	-----
Recebidos	200336	200404	06122211220000001	293.129,70	-----	-----
Concedidos	200336	200404	06181207020UE0001	80.250,00	-----	-----
Recebidos	200336	200404	06181207020UE0001	80.250,00	-----	-----
Concedidos	200336	200404	06181207027260001	498.173,20	-----	-----
Recebidos	200336	200404	06181207027260001	498.173,20	-----	-----

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/TO

4.1.2 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

QUADRO 4.1.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	1.649.456,19	1.428.134,29	1.642.538,52	1.379.794,69
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa	909.547,07	877.442,95	909.547,07	877.442,95
i) Inexigibilidade	25.819,42	30.602,01	25.819,42	30.602,01
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	40.769,32	129.789,27	40.769,32	129.789,27
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	2.055.413,79	1.831.485,42	2.055.413,79	1.831.485,42
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	4.681.005,79	4.297.453,94	4.674.088,12	4.249.114,34

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/TO

4.1.3 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

QUADRO 4.1.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
3339014	1.709.385,69	1.532.463,06	1.709.385,69	1.532.463,06	-----	-----	1.709.385,69	1.532.463,06
3339008	11.879,08	-----	11.879,08	-----	-----	-----	11.879,08	-----
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
3339030	382.363,36	453.511,90	300.160,88	332.642,24	82.202,48	120.869,66	300.160,88	332.642,24
3339033	304.224,66	191.284,69	226.820,17	181.931,19	77.404,49	9.353,50	226.820,17	181.931,19
3339036	319.794,13	335.407,30	319.794,13	315.851,42	-----	19.555,88	319.794,13	315.851,42
3339037	975.568,51	822.253,83	812.520,16	793.286,38	163.048,35	28.967,45	807.504,97	748.268,02
3339039	995.322,49	1.053.376,82	859.477,69	966.336,02	135.844,80	87.040,80	857.575,21	963.014,78
3339047	210,00	228,00	210,00	228,00	-----	-----	210,00	228,00
3339092	596,34	5.805,00	596,34	5.805,00	-----	-----	596,34	5.805,00
3339093	294.726,13	126.853,42	294.726,13	126.853,42	-----	-----	294.726,13	126.853,42
3339139	12.740,67	8.216,91	5.047,82	5.696,97	7.692,85	2.519,94	5.047,82	5.696,97
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
4449052	787.352,90	103.518,24	56.187,70	36.360,24	731.165,20	67.158,00	56.187,70	36.360,24
4449039	3.950,00	-----	3.950,00	-----	-----	-----	3.950,00	-----
4449051	80.250,00	-----	80.250,00	-----	-----	-----	80.250,00	-----
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/TO

4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO 4.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	335.465,23	266.258,53	-----	69.206,70
2011	-----	-----	-----	-----
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	48.339,60	48.339,60	-----	-----
2011	24.818,30	24.818,30	-----	-----

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/TO

4.3 Suprimento de fundos

4.3.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO 4.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-----	-----	-----	25.776,82	-----	14.988,85	40.765,67
2012	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2011	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/TO

4.3.2 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 4.3.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200404	Limite de Utilização da UG	650.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JOSÉ MARCOS DE ARAUJO SOUZA	804.570.884-00	5.000,00	-----	2.448,70	2.448,70
RIVANILDO SARAIVA COELHO MAGALHÃES	816.464.881-72	7.000,00	320,00	5.092,11	5.412,11
Total Utilizado pela UG			320,00	7.540,81	7.860,81
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI Gerencial

4.3.3 Prestações de contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 4.3.3 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							10	57.320,00	16	187.600,00	10	180.500,00

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/TO

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

No que diz respeito aos Quadros dos itens relacionados ao Capítulo 5 da parte A (conteúdo geral, com doze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e aos itens contidos nas orientações da 1ª parte do item 5 da Portaria do TCU nº 175/2013, os itens 5.1.1.1, 5.1.2.2 são protegidas por sigilo em razão da atividade de investigação exercida pela Polícia Federal, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69/2012.

Os itens 5.1.4.2, 5.1.5, 5.1.5.1, 5.1.5.2, 5.1.5.3, 5.1.5.4, 5.1.8, 5.2.2 serão informados no Relatório de Gestão da unidade central do DPF. O item 5.2.1 não ocorreu nesta unidade.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

QUADRO 5.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	27
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	8
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	3
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	12
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0

4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	2
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	31

Fonte: SRH/SR/DPF/TO

5.1.2 Qualificação da força de trabalho

5.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções

QUADRO 5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	4	4	4	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	4	4	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	4	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	17	17	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	17	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	21	4	0

Fonte: SRH/SR/DPF/TO

5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

**QUADRO 5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	19,15%	80,85%	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	19,15%	80,85%	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	14,28%	85,72%	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	100%	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	14,28%	85,72%	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	18,52%	81,48%	0	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SRH/SR/DPF/TO

5.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO 5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	16.253.349,82	0,00	1.855.031,23	187.045,17	647.607,86	351.537,43	25,85	13.784,74	16.631,82	19.325.013,92
	2012	12.402.460,63	0,00	2.042.024,90	509.755,70	492.836,00	269.267,96	6.664,40	420,97	51.074,91	15.774.505,47
	2011	13.547.041,62	0,00	2.136.409,49	529.665,00	546.533,64	269.407,95	23.365,81		12.460,48	17.064.883,99
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	713.457,09	62.374,27	100.986,50	33.104,39	14.077,00	6.688,48	396,00	7.209,38	0,00	938.293,11
	2012	744.738,48	62.676,09	109.882,40	34.870,65	14.220,00	8.826,00	539,42	289,49	659,32	976.801,85
	2011	697.324,96	61.716,07	94.253,84	24.181,16	13.348,00	7.570,00	4.192,52	0,00	2.473,58	905.060,13
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	3.245.565,49	68.943,94	394.037,66	125.228,34	94.981,41	50.077,02	1.047,30	7.209,38	0,00	3.987.090,54
	2012	2.690.068,54	58.890,86	431.485,13	105.250,94	73.112,00	33.524,00	2.883,90	832,98	5.429,40	3.401.477,75
	2011	2.604.794,54	59.223,77	415.440,63	90.610,13	72.452,00	31.343,00	5.092,97	0,00	3.293,40	3.282.250,44

Fonte: SRH/SR/DPF/TO

5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO 5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	13	1
1.1 Voluntária	13	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	13	1

Fonte: SIAPE

5.1.5 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

A Superintendência Regional do DPF no Tocantins adota, como procedimento obrigatório, a apresentação pelo servidor, no ato da nomeação, por meio de formulário específico, declaração de não acumulação de cargo ou emprego público.

Além disso, qualquer possível acumulação de cargo é informada ao Setor de Recursos Humanos previamente.

Ademais, esta Unidade Gestora não evidenciou servidores em acumulação de cargos públicos no exercício de 2013, regular ou não.

5.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

5.2.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada

QUADRO 5.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante															
Nome:															
UG/Gestão:						CNPJ:									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2010	L	O	06/2010	04.795.101/0001-57	28/05/2010	28/05/2014		X							P
2010	V	O	14/2010	03.601.036/0003-80	01/11/2010	01/11/2014				X					P
Observações:															
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>															

Fonte: SELOG/SR/DPF/TO

5.2.2 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO 5.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante															
Nome:															
UG/Gestão:						CNPJ:									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados								
					Início	Fim	F		M		S		Sit.		
							P	C	P	C	P	C			
2010	4	O	05/2010	04.795.101/0001-57	24/05/2010	24/05/2014				X					P
2013	5	O	08/2013	04.795.101/0001-57	25/03/2013	25/03/2014				X					A
2013	5	O	07/2013	09.611.589/0001-39	05/04/2013	05/04/2014				X					A
2013	5	O	14/2013	09.611.589/0001-39	01/11/2013	01/11/2014				X					A
2013	9	O	14/2013	09.611.589/0001-39	01/11/2013	01/11/2014				X					A
2013	12	O	14/2013	09.611.589/0001-39	01/11/2013	01/11/2014				X					A
2013	12	O	14/2013	09.611.589/0001-39	01/11/2013	01/11/2014				X					A

Observações:

LEGENDA

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte:SELOG/SR/DPF/TO

5.2.3 Composição do quadro de estagiários

QUADRO.5.2.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	13	15	13	11	94.111,99
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	13	15	13	11	94.111,99
2. Nível Médio	2	2	2	1	7.564,43
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	2	2	2	1	7.564,43
3. Total (1+2)	15	17	15	12	101.676,42

Fonte: SIAPE

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

No que diz respeito aos Quadros dos itens relacionados ao Capítulo 2 da parte A (conteúdo geral, com doze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e aos itens contidos nas orientações da 1ª parte do item 6 da Portaria do TCU nº 175/2013, o item 6.1, letras “c”, “d” e “g” são resguardadas de sigilo em razão da atividade de investigação exercida pela Polícia Federal, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69/2012. A SR/DPF/TO não dispõe de veículos contratados de terceiros, seus veículos fazem parte do patrimônio desta Superintendência.

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

6.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos da SR/DPF/TO.

No âmbito do Departamento de Polícia Federal, a Instrução Normativa nº 03/2009 – DG/DPF disciplina a classificação, a identificação, o registro, o licenciamento, o controle, o uso, a guarda e a responsabilização acerca dos veículos terrestres, automotores oficiais pertencentes ao patrimônio da Polícia Federal, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa nº 003/2008, de 15/05/2008, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, relativa ao controle geral de veículos oficiais.

6.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

A utilização dos meios de transporte disponíveis na atualidade é imprescindível para o êxito das atividades desempenhadas por particulares e por órgãos e/ou instituições de natureza pública ou privada em qualquer parte do mundo.

No caso do Departamento de Polícia Federal, não é diferente. Há a necessidade constante de deslocamentos rápidos de curta ou longa distância para a realização de diligências e operações nos mais diversos pontos do país. Desta forma, a utilização de viaturas adequadas para essas tarefas assume importância vital para as atividades do órgão em âmbito nacional.

No caso da Superintendência Regional de Polícia Federal no Tocantins, são utilizados os veículos convencionais ostensivos e não ostensivos que se deslocam via terrestre, atendendo demandas de serviços em todo Estado, e em Estados circunvizinhos.

No dia-a-dia, observa-se ser imprescindível, tanto na área-fim quanto na área de logística, como em qualquer outro órgão da administração pública federal direta ou indireta, a utilização de uma frota de veículos em condições de responder prontamente às necessidades que o mundo contemporâneo impõe à instituição policial, no sentido de “encurtar” distâncias, bem como minimizar o tempo gasto na realização dos diversos percursos.

Assim, muitas das atividades que hoje a Polícia Federal desempenha seriam inviabilizadas, caso inexistissem meios de transporte próprios e adequados ao serviço do aparelho policial. A título de exemplo, podem ser destacados a simples entrega de expedientes, a condução de presos, o deslocamento de tropas em operações, a perseguição a agentes da criminalidade em fuga e a segurança de dignitários, dentre outras atividades não menos importantes.

6.1.3 Idade média da frota, por grupo de veículos.

A idade média da frota que trata o referido item é aproximadamente 5 anos, porém, considerando a natureza do trabalho policial, veículos em utilização com idade superior a 6 anos necessitam de substituição imediata.

6.1.4 Custos associados à manutenção da frota.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
COMBUSTÍVEL	211.321,63
PEÇAS E MANUTENÇÃO	141.039,09
LAVAGEM VIATURAS	9.405,75
SEGUROS OBRIGATÓRIOS	6.857,62

Fonte: SELOG/SR/DPF/TO

6.1.5 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

A aquisição e manutenção de frota própria para atender as necessidades da unidade jurisdicionada se justificam pelo quesito segurança institucional aliada ao princípio da economicidade.

Como fator de segurança, pode-se destacar o fato de que, em tese, a colocação e retirada dos veículos em operação, bem como a manutenção, conservação e reparo das viaturas constitui-se em processo de conhecimento restrito, sob a supervisão direta de preposto do órgão.

Quanto à economicidade, a aquisição da frota e os serviços de manutenção, conservação e reparos são objeto de procedimento licitatório em quantidades que estimulam preços competitivos, quando não são diretamente realizados pelo próprio órgão. A terceirização da frota para uso policial, além de temerária, é mais onerosa para a administração, posto que o serviço prestado por empresas locatárias visa tão somente à obtenção de lucro.

Cabe ressaltar que a aquisição de viaturas é realizada pelo órgão central do DPF, que posteriormente faz a distribuição das mesmas para as Superintendências do DPF.

6.1.6 – Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle da frota é realizado pelo Núcleo de Transporte – NUTRAN.

Apesar de não constar formalmente na estrutura organizacional, o NUTRAN executa a gestão interna da frota, estando subordinado diretamente ao Núcleo Administrativo.

Para o controle da utilização da frota são utilizadas fichas de Controle de Viaturas.

Porém, se encontra em fase de implantação sistema de controle através de módulo específico do Sistema de Gestão Policial – SIGEPOL da Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins.

O controle de manutenção e abastecimento é feito pela Empresa Trivale Administração Ltda-TRIVALE, através de software de gestão da frota.

Cumprido esclarecer que o controle dos serviços de gestão de manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento de combustível, é efetuado por fiscais de contrato, conforme estabelecido na legislação.

6.2 Gestão do patrimônio imobiliário

6.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

QUADRO 6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	TOCANTINS	Σ	Σ
	Palmas	01	01
	Araguaína	01	01

	Gurupi	01	01
Subtotal Brasil		03	03
EXTERIOR	Não há	Não há	Não há
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SELOG/SR/DPF/TO

6.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

QUADRO 6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200404	9733 00383.500-6	Entrega	lote	1.971.356,40	07/08/2013	07/08/2015	-	-
200404	9385 00012.500-5	Entrega	Regular	143.331,86	04/09/2013	04/09/2015	-	746,50
Total							-	746,50

Fonte: SELOG/SR/TO

6.2.2.1 Análise crítica

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins dispõe de dois imóveis no Estado, a saber:

- a) Terreno urbano, **sem benfeitoria**, com área total de 10.374,56m², localizado na ASR-SE 45, conjunto APE-01, Avenida NS 10, na cidade de Palmas-TO;
- b) Imóvel com área total de 216m², sendo 180,70m² de área construída, 06 salas, 01 hall, 04 banheiros, 01 cozinha e uma garagem coberta, localizado na Avenida Pará n° 1.206, quadra 08, lote 01, setor central, na cidade de Gurupi-TO, em excelente estado de conservação.

Destaca-se que o indigitado imóvel não dispõe de elevador, seus extintores são recarregados dentro da data prevista para reposição, as caixas d'água são limpas anualmente.

Por derradeiro, necessário esclarecer que o setor responsável pela gestão dos imóveis é o setor de administração e logística policial, que periodicamente visita o terreno em Palmas-TO, bem como o imóvel na cidade de Gurupi-TO.

6.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Análise crítica

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins não dispõe de imóveis funcionais sob sua responsabilidade.

6.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

QUADRO 6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Palmas	2	2
	Araguaína	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	Não há	Não há	Não há
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SELOG/SR/DPF/TO

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Este item do Relatório de Gestão diz respeito às Políticas de Governança institucionais e ao Planejamento Estratégico de TI, questões inerentemente ligadas à gestão central do Departamento.

Tais diretrizes são dependentes de estruturas de gestão como o Comitê de Governança em Telemática e resultam na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações.

Essas mesmas estruturas, quando tratadas no âmbito das unidades descentralizadas, assumem caráter tático ou operacional, exatamente pelo fato de constituírem o desmembramento da estratégia corporativa em adequação à realidade e às atribuições específicas de unidades componentes da organização.

Em face disto, as respostas ao Quadro A.7.1 será feita unicamente pelo CGTI, na condição de órgão central da área de TI, responsável pela condução das políticas corporativas para a área.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

QUADRO 8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				x	
					Apresentação de declarações que afirmem a adoção de critérios de sustentabilidade pela contratada
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				x	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		x			
					Há posicionamento doutrinário que afirma a inviabilidade desse tipo de exigência
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				x	
					Foram adquiridas lâmpadas econômicas mas para substituir as lâmpadas que já eram econômicas e foram danificadas, por isso não teve impacto no consumo de energia.
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					x
					Papel reciclado
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		x			

8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			x		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.		x			
		x			
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				x	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
Considerações Gerais: Nos Procedimentos Licitatórios da SR/DPF/TO os critérios de sustentabilidade ambiental são incluídos de acordo com o que é pertinente em cada Licitação que é realizada pelo órgão.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SELOG/SR/DPF/TO

8.1.1 Análise Crítica

No que diz respeito ao uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade, é importante frisar que no exercício de 2013 foram realizadas palestras educativas na Superintendência da Polícia Federal em Palmas e na Delegacia da Polícia Federal em Araguaína-TO.

As palestras tiveram o intuito de sensibilizar os servidores da PF acerca da importância do uso racional da energia e da água, da aquisição de produtos menos poluentes.

Os palestrantes eram servidores da Celtins e Saneatins, Companhias de energia elétrica e saneamento básico do Estado do Tocantins.

A PF do Tocantins faz parte do Programa Carbono Neutro, Programa criado pela Polícia Federal em 2008, com a finalidade de compensar a emissão de gás carbônico em decorrência de suas atividades, levando-se em consideração informações como o gasto de combustíveis nas viaturas, gasto de energia elétrica e até mesmo números de passagens aéreas compradas pelo órgão. Contudo, no exercício de 2013, devido a mudança de Superintendente, ficou

impossibilitada a realização de mais uma etapa do program, a qual já esta prevista para o exercício de 2014.

8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados

Na Superintendência da Polícia Federal é realizada a separação dos resíduos recicláveis descartados.

Entretanto, verifica-se dificuldade na identificação de Cooperativas e Entidades do Município de Palmas-TO que possuem interesse em realizar a coleta do material. Apenas a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de Palmas – ASCAMPA demonstrou interesse em receber o material, ainda que apresentando dificuldade de realizar a coleta, razão pela qual a SR/DPF/TO se prontificou a levar o material até a ASCAMPA.

8.3 Consumo de papel, energia elétrica e água

QUADRO 8.3 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2050 resmas	0	1000 resmas	25.945,00	0,00	9.870,00
Água	1.649 m ³	1.726 m ³	1.856m ³	14.688,38	15.828,27	13.768,75
Energia Elétrica	401655 Kwh	397.138 Kwh	449.39 Kwh	235.381,60	276.461,09	266.503,49
			Total	276.014,98	292.289,36	290.142,24

Fonte: SELOG/SR/DPF/TO

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

No que diz respeito aos Quadros dos itens relacionados ao Capítulo 9 da parte A (conteúdo geral, com doze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, os itens 9.1.1, 9.1.2, 9.2.1 e 9.2.2, bem como os Quadros A.9.1, A.9.2, A.9.3 e A.9.5 não farão parte deste Relatório de Gestão em razão de que não foram exaradas deliberações em acórdão do TCU para a SR/DPF/TO no exercício de 2013, bem como não restaram recomendações do órgão de controle interno e informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna no exercício de 2013 para a SR/DPF/TO.

Ademais, não houve sindicância ou procedimento disciplinar que resultou em Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013 na Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, razão pela qual itens deste capítulo seguem reenumerados.

9.1 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.1.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 9.1.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	04	05	0
	Entregaram a DBR	04	05	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SRH/SRTO

9.2 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

QUADRO 9.2 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
03	002/2013							
	003/2013	--	--	--	--	--	--	--
	004/2013							

Fonte: COR/SR/DPF/TO

9.3 Alimentação Siasg e Siconv

A Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv, nos termos do subitem 9.6 da parte A (conteúdo geral, com doze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, encontra-se no Anexo deste Relatório (Quadro 9.6).

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Superintendência da Polícia Federal no Tocantins presta diversos serviços à sociedade, disponibilizando ao cidadão/usuário, na página da internet www.dpf.gov.br, inúmeras orientações, tais como: folhetos, cartas de serviços, cartazes informativos e o link “Fale Conosco”, um canal de comunicação para atendimento ao público onde estão disponíveis os serviços de consulta, informação, críticas, elogios e denúncias.

O citado link/canal é administrado tecnicamente pela Coordenação de Tecnologia de Informação – CGTI. Os e-mails são recebidos na Divisão de Comunicação Social – DCS do DPF, conforme o assunto a que se referem, para adoção das medidas cabíveis. Quando a atribuição de seu atendimento não for da DCS, a formalização dessas respectivas análises é realizada nos setores competentes por meio de despachos, pareceres e relatórios.

Importante frisar que as informações veiculadas nesse link podem servir de base até mesmo para instauração de Inquérito Policial, de Procedimento Administrativo ou para correção e aprimoramento de atividade disponibilizada ao cidadão.

Na página da internet www.dpf.gov.br do DPF são disponibilizadas informações acerca dos seguintes serviços, entre outros: Antecedentes Criminais, Armas, Estrangeiro, Passaporte, Licitações, Produtos Químicos e Segurança Privada.

A Superintendência de Polícia Federal não dispõe dados estatísticos para aferir resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação da Polícia Federal no Tocantins.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

No que diz respeito aos Quadros dos itens relacionados ao Capítulo 11 da parte A (conteúdo geral, com doze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, os itens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 não se aplicam a realidade do Departamento de Polícia Federal.

11.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público

a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

Quanto à aplicação da NBC T 16.9

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBC T 16.10

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.10 quanto à avaliação e mensuração dos ativos. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma.

b) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

c) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

d) As taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

e) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

1) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;

2) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;

4) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;

4) A UJ não possui Ativo de Investimentos;

5) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;

5) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização;

6) A UJ não possui Ativo Diferido;

8) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

11.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

A Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis, nos termos do subitem 11.2 da Portaria TCU nº 175/2010, encontra-se no Anexo deste Relatório (Quadro A.11.2).

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

Atividades Operacionais

Grupo Temático/Variável	Medição (Qtd. ou valor)	Fonte
Inquéritos relatados	903	SISCART (<u>Palmas e Araguaína</u>)
Operações especiais de polícia judiciária	05	Relatório de gestão das delegacias – SR/TO e DPF/AGA
Prisão e conduções coercitivas	47	Relatório de gestão das delegacias – SR/TO e DPF/AGA
Mandados de busca e apreensão	79	Relatório de gestão das delegacias – SR/TO e DPF/AGA
Prisão em flagrantes	28	SISCART (<u>Palmas e Araguaína</u>)
Indiciamentos	486	SISCART (<u>Palmas e Araguaína</u>)
Quantidade de maconha (kg)	32,099	SISCART (<u>Palmas e Araguaína</u>)
Quantidade de cocaína (kg)	287,303	SISCART (<u>Palmas e Araguaína</u>)
Valor de bens apreendidos/sequestrados (R\$)	71.450.180,00	Relatório de gestão da DPF/AGA/TO
Prejuízos evitados para a União (R\$)	71.450.180,00	Relatório de gestão da DPF/AGA/TO
Perícias realizadas (nº)	221	SISCRIM

Operações realizadas pela SR/DPF/TO no ano de 2013

- 1) **OPERAÇÃO ÉSKHARA**: Operação desencadeada para desarticular organização criminosa que praticou fraude milionária em detrimento da Caixa Econômica Federal (CEF), tratando-se da maior fraude já sofrida pela Caixa em toda a sua história. Foram expedidos 05 mandados de prisão preventiva, 10 mandados de busca e apreensão e 1 mandado de condução coercitiva, cumpridos nos Estados de Tocantins, Goiás, Maranhão e São Paulo. A fraude consistiu na abertura de uma conta corrente na agência da Caixa no município de Tocantinópolis/TO, em nome de uma pessoa fictícia, criada para receber um falso prêmio da Mega-Sena no valor aproximado de R\$ 73 milhões. Em seguida, o dinheiro creditado foi transferido para diversas contas.

- 2) **OPERAÇÃO AVANTESMA**: Operação desencadeada para desarticular quadrilha que atuava nos estados do Tocantins e Maranhão, utilizando-se de documentos fraudados em nome de indígenas da etnia Guajajara. Essa é uma ação da Força Tarefa Previdenciária do Estado do Tocantins, composta pela Polícia Federal, pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e o Ministério Público Federal (MPF). Foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão, na cidade de Palmas/TO e nos municípios de Barra do Corda, Grajaú, Imperatriz e Porto Franco, no Maranhão. Constatou-se fraudes em 46 benefícios na Agência de Previdência Social (APS) de Tocantinópolis. Apurou-se que, de posse de documentos falsos, o grupo criminoso conseguia os benefícios. Para isso, os envolvidos contavam com a ajuda de um servidor do Fórum de Imperatriz e dois servidores do INSS. Foram desviados mais de R\$ 4 milhões da Previdência Social. Além disso, para cada benefício conseguido, os acusados faziam um empréstimo consignado, sempre no teto máximo, causando um prejuízo de quase R\$ 1 milhão às instituições bancárias. Os acusados responderão pelos crimes de peculato, falsificação de documentos públicos e privados, formação de quadrilha e corrupção ativa e passiva, tendo em vista a participação de servidores públicos no grupo. Sendo condenados pela Justiça, deverão também ressarcir os cofres públicos.
- 3) **OPERAÇÃO CRIPTA**: Operação deflagrada para desarticular quadrilha especializada em fraudar o Programa do Seguro-Desemprego do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT com atuação em Palmas/TO e no Distrito Federal. Foram expedidos nove mandados de busca e apreensão. A quadrilha atuava cooptando interessados em receber seguro-desemprego, estabelecendo falsos vínculos empregatícios entre os supostos trabalhadores e empresas “fantasmas” participantes do esquema de fraude. Os vínculos empregatícios eram registrados nas carteiras de trabalho e previdência social – CTPS – e, depois de algum tempo, promoviam a rescisão do contrato de trabalho desses falsos empregados, para obterem o seguro-desemprego. Os envolvidos são investigados pela prática dos crimes de formação de quadrilha, falsidade ideológica e estelionato. Caso condenados, as penas podem variar de 3 a 13 anos de reclusão e multa.

- 4) **OPERAÇÃO ARIES**: Operação desencadeada para desbaratar quadrilha que praticava assalto a instituições financeiras, em modalidade conhecida como "na tora", consistente no domínio de pequenas cidades com emprego de extrema violência e armas de fogo de grosso calibre. Como os membros do grupo criminoso possuíam mandados de prisão em aberto foi representada pela busca e apreensão nos endereços, esperando-se o momento mais adequado para seu cumprimento. No entanto, antes da realização da busca, a Polícia Civil dos Estados do Tocantins e Mato Grosso-MT deflagraram operação para a captura dos membros da quadrilha, inclusive com diligências em Paraíso do Tocantins-TO.
- 5) **OPERAÇÃO PIRATAS DO ASFALTO**: Operação contra quadrilha especializada em roubos de cargas nas estradas brasileiras em 7 estados com a expedição de 35 mandados de prisão (30 preventivas e 5 temporárias), além de 40 mandados de busca e apreensão. As investigações que levaram à identificação da organização criminosa começaram em fevereiro de 2012, em Tocantins, e permitiram às equipes de policiais identificar a rotina da quadrilha, que atuava na Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Tocantins e São Paulo. Estima-se que a quadrilha tenha, durante o período investigado, causado um prejuízo estimado em mais de R\$ 50 milhões. Além de atuarem de forma bastante violenta – abordando os caminhões ainda em movimento, realizando “emboscadas” e sequestrando os motoristas –, os criminosos também contavam com a cumplicidade de alguns caminhoneiros. Ao monitorar os criminosos, os policiais federais acompanharam situações em que alguns motoristas responsáveis pelas cargas integravam a quadrilha e desviavam produtos para, posteriormente, registrarem ocorrências policiais. Especializados no roubo de cargas, os criminosos usavam potentes bloqueadores de celulares - os chamados *jammers* - para evitar o rastreamento dos caminhões e da carga roubada. A Polícia Federal investiga ainda a possível participação de funcionários das empresas de monitoramento e segurança eletrônica no esquema criminoso. Durante todo o trabalho investigativo, os policiais monitoraram 17 casos de roubo/furto de cargas; em algumas situações, as cargas estavam avaliadas em mais de R\$ 1 milhão. Os integrantes da quadrilha não faziam distinção da carga: roubavam desde gêneros alimentícios, eletrônicos a materiais de construção. Somente em máquinas agrícolas, a PF já recuperou um total aproximado de R\$ 3,6 milhões. Nesse período, os policiais também realizaram 12 prisões em flagrante, e alguns dos detidos foram postos em liberdade, mas voltaram a ser presos por força de mandados de prisão cautelares. Os envolvidos são investigados

pela prática dos crimes de formação de quadrilha, furto qualificado, roubo, receptação qualificada e falsa comunicação de crime, entre outros. O nome da Operação faz referência à maneira como a quadrilha atuava, lembrando a ação de piratas.

Principais ações da SR/DPF/TO no ano de 2013

- 1) Apuração de suposta fraude ou frustração ao caráter competitivo de pregão eletrônico, sendo cumprido um mandado de prisão e um mandado de busca e apreensão (IPL 225/2013-SR/TO);
- 2) Apuração de suposta fraude em licitação e desvio dos recursos públicos repassados pelo FNDE à Prefeitura de Esperantina/TO para construção de uma escola naquela municipalidade (IPL 26/2011) – denúncia formulada e sequestro de um imóvel residencial;
- 3) Apuração de autoria e as circunstâncias do roubo a agência dos Correios de Mateiros/TO, ocorrido no dia 24/07/2013 (IPL 375/2013), com a prisão e denúncia de um suspeito;
- 4) Apuração de suposto uso de documentos falsos em processos judiciais com o intuito de proceder a levantamento de proventos depositados indevidamente nas contas bancárias de servidores públicos federais, eis que já se encontravam falecidos quando dos depósitos (IPL 147/2011), resultando em quatro indiciamentos;
- 5) Apuração da participação de terceiros no latrocínio que vitimou o Delegado EDWARD NEVES DUARTE (IPL 196/2013), resultando no indiciamento de quatro indivíduos;
- 6) Apuração de formação de quadrilha para o fim de cometer crimes contra os Correios com a subtração de correspondências/encomendas (IPL 416/2012), resultando em dois mandados de busca e apreensão e indiciamentos de dois suspeitos;

- 7) Em Araguaína/TO a Polícia Federal em conjunto com a Polícia Militar do Tocantins prenderam três homens em flagrante por tráfico de drogas e porte ilegal de armas em Filadélfia/TO, sendo encontrado no veículo que conduziam 158 quilos de cocaína em pasta. Essa foi a maior apreensão da droga no estado. Os presos relataram que o entorpecente vinha da Bolívia e o destino final seria Carolina/MA. Além da droga e do veículo, foram apreendidas três armas de fogo, celulares e dinheiro em espécie;
- 8) Prisão em flagrante de nacional, em Paraíso do Tocantins/TO, transportando 105 tabletes, cada um com aproximadamente um quilo de pasta base de cocaína;
- 9) Prisão em flagrante de um casal que conduzia veículo onde foram encontrados cinco quilos de cocaína (IPL 557/2013);
- 10) Prisão em flagrante de suspeito que comercializava cursos denominados de "extensão universitária" para diversas pessoas residentes na região de Paranã-TO, mantendo-as em erro sob a afirmação de que tais cursos seriam de graduação em curso de nível superior. (IPL 625/2013);

Atividades Não Operacionais

Grupo Temático/Variável	Medição (nº)	Fonte da Informação
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)	3.628	SINIC
Quantidade de passaportes emitidos	4.408	SINPA
Quantidade de passageiros em aeroportos	576.210	INFRAERO
Estrangeiros domiciliados na circunscrição	1.347	DELEMIG
Quantidade de agências bancárias	115	GESP
Quantidade de empresas de vigilantes	17	GESP
Quantidade de empresas de produtos químicos	231	SIPROQUIM

Capacitação de servidores da SR/DPF/TO

- VII Semana Orçamentária, realizado pela ESAF em Brasília-DF, participaram 4 (quatro) servidores;
- X Semana Orçamentária, realizado pela ESAF em Brasília-DF, participaram 2 (dois) servidores;

13 ANEXOS

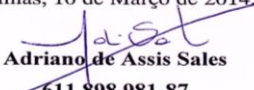
Quadro 13.1

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Adriano de Assis Sales, gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas, CPF nº 611.898.981-87, Administrador, Chefe do Setor de Administração e Logística Policial, exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.


Palmas, 10 de Março de 2014.


Adriano de Assis Sales
 611.898.981-87

Chefe do Setor de Administração e Logística Policial

Quadro 13.2

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DE TOCANTINS - SR/DPF/TO	200404
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Brasília /DF
Data	27/01/2014
Conta dor Responsável	GLADSTON GUIMARAES NA VES 
CRC nº	DF-12534/O-8